

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

Conferências do 25 de Abril



Formalizada a «Força Portugal!»



Intervenção sobre o acordo entre Portugal e Espanha para a constituição de um mercado ibérico de energia eléctrica

Deputada Graça Proença de Carvalho
Assembleia da República, 15-04-2004



(...)

A situação geográfica de Portugal e a excessiva concentração empresarial do sector eléctrico exigiriam, à partida, um empenho do Estado enquanto definidor de uma estratégia para um sector de extrema importância para o desenvolvimento económico do país.

E, nesse sentido, o Estado português iniciou em 1998 contactos com Espanha com vista à celebração de um acordo de cooperação para a integração das redes eléctricas dos dois países e consequente criação de um mercado ibérico único.

(...)

...as Cimeiras Luso-Espanholas de Valência em Outubro 2002 e da

Figueira da Foz em Novembro de 2003 foram determinantes pelos compromissos assumidos por cada uma das partes, Portugal e Espanha, no sentido de criar condições de igualdade aos agentes portugueses e espanhóis quer a nível interno quer a nível externo com destaque para a França e Marrocos, países geograficamente mais próximos, sem descurar aspectos como a legislação e regulamentação do futuro Mercado Ibérico de Electricidade.

A formalização de o **Acordo Internacional entre Portugal e Espanha** no dia 20 de Janeiro de 2004 foi um **passo de importância política** fundamental para a **implementação do Mercado Ibérico de Electricidade**, porque **estabelece as condições essenciais para a competitividade das empresas nacionais** e, sobretudo, a salvaguarda dos interesses dos consumidores com previsíveis benefícios no preço e na qualidade dos serviços prestados.

Aliás na audição parlamentar ao Presidente da entidade reguladora nacional promovida pela Comissão de Economia em Fevereiro foi demonstrado que a implementação do mercado eléctrico ibérico traz benefícios aos consumidores e salvaguarda os produtores dando-lhes, por exemplo, acesso a outros mercados em melhores condições, como também tem riscos e incógnitas especialmente na definição de alguns instrumentos relevantes para a sua operacionalidade mas, que não condicionam o processo nem o inviabilizarão.

A Proposta de Resolução nº 63/IX apresentada hoje aqui pelo Governo consubstancia mais um passo importante na implementação do Mercado Ibérico de Electricidade, demonstrando o continuado esforço e interesse na sua prossecução.

(...)

Com assumido interesse político nacional, o Grupo Parlamentar do PSD congratula-se com a iniciativa do Governo e acredita que **mais um passo relevante foi dado num processo que, acima de tudo, será benéfico para Portugal e para os portugueses.**

Observatório

Os resultados e os desafios da mudança

O tempo mostra-nos o que não queremos ver no imediato. Qualquer processo de mudança, tal como o que vivemos actualmente, tem obstáculos, dificuldades e pode produzir bons ou maus resultados.

Graça Proença de Carvalho, Diário Económico, 14/0/04

Self-Sérvia

O princípio civilizador decai face ao realismo, se falarmos na China, na Síria, Cuba, ou noutros casos que mereceriam, a bem da coerência, a “mesma dose” e que, no entanto, permanecem “não ditos”.

Gonçalo Capitão, A Capital, 15/04/04

Fazer justiça é uma questão de lucidez

A Ministra Manuela Ferreira Leite tem chamado a si as consequências de tantos amargos de boca dos portugueses, pelo que merece uma palavra de

estímulo e reconhecimento.

Pedro Santana Lopes, Diário de Notícias, 15/04/04

Lyon de Castro, Piteira Santos, o “Ler” e o PCP (1)

Francisco Lyon de Castro, antigo membro do PCP nos anos 30 e expulso no final da década, deu emprego a Piteira Santos na sua nova editora Europa-América. O projecto era ele próprio fruto de um activismo político do seu fundador.

José Pacheco Pereira, O Público, 15/04/04

Ainda o metro do Terreiro do Paço

Não vamos deixar que, como, aliás, já vimos dito e escrito – com total ofensa da verdade e na continuação das anteriores deturpações -, se impute a culpa pela situação das obras no metro do Terreiro do Paço ao actual Governo. A César o que é César.

Guilherme Silva, A Capital, 16/04/04



Intervenção sobre as Obras do Metropolitano no Terreiro do Paço, na gestão 2001/2002, da responsabilidade do Governo Socialista

Deputado Luís Marques Guedes

(...)

O assunto que vou abordar prendeu, durante largos meses, a agenda política e a atenção da opinião pública. Encheu páginas de jornais, abriu noticiários, foi objecto de análises e de discussões. Dentro e fora deste Parlamento.

Refiro-me às obras do Metropolitano de Lisboa no Terreiro do Paço. Um assunto que alguns quiseram que rapidamente se esgotasse. Só que foi esta semana publicamente conhecido o resultado da Auditoria, efectuada pelo Tribunal de Contas.

(...)

O que agora é confirmado e denunciado, consta de uma Auditoria feita pelo Tribunal de Contas, e das conclusões que nesse âmbito são sentenciadas.

E estas são claras, manifestas e inequívocas: apontam erros grosseiros, faltas graves, falhas inqualificáveis ao longo de todo o processo que conduziu aos incidentes ocorridos no Terreiro do Paço. Erros, faltas e falhas que, importa referir se reportam à responsabilidade da anterior Administração do Metropolitano de Lisboa e do anterior Governo. Do Governo do Partido Socialista.

Alguna da adjectivação que até agora usei, é minha.

Mas que dizer quando o Tribunal de Contas aponta a “ falta de maturidade e de rigor posta na elaboração dos projectos “ (pág. 9)?

Para que não restem dúvidas, vou ler uma passagem do referido relatório da Auditoria onde, depois de referir surpresa crítica por a elaboração de projectos e a fiscalização das empreitadas estar cometida à mesma empresa, participada na totalidade pelo próprio Metropolitano de Lisboa, o Tribunal de Contas remata desta forma, e passo a citar:

“Considerando, por um lado, que um mau projecto tem como consequência directa o aumento dos custos de fiscalização, em resultado do deslizamento do prazo da obra, e que, por outro lado, o Metropolitano não implementou quaisquer mecanismos de responsabilização dos projectistas, nomeadamente quanto a erros e omissões do projecto, quer na vertente conceptual quer em termos de medições, esta acumulação de funções não contribuiu para salvaguardar os interesses do Metropolitano de Lisboa. “ (fim de citação)



Não há teoria da cabala ou da vitimização que resista

Esta conclusão é lapidar, inequívoca e mais do que suficiente para que muitos se envergonhem do que fizeram e disseram num passado bem recente.

Não há teoria da cabala ou da vitimização que resista a afirmação tão contundente.

O Tribunal de Contas aponta erros indesculpáveis: falta de rigor quanto aos estudos e aos projectos, critérios de avaliação das propostas que não privilegiaram a mais valia das soluções técnicas. Isto é, a reunião das condições necessárias para as sucessivas e significativas alterações do preço e do prazo da empreitada.

Tudo isto é muito grave e muito sério. Tudo isto custou muitos milhões de euros aos bolsos dos portugueses.

Mas mais.

O Tribunal de Contas aponta ainda erros muito graves quanto ao empreiteiro da obra, quanto à fiscalização, quanto ao projectista, quanto ao dono da obra – entenda-se a Administração – ao qual o Tribunal de Contas brinda com a seguinte e elucidativa conclusão, e passo a citar: “ A decisão que fundamentou a opção pela solução tecnológica inerente ao actual sistema não foi precedida, nem de uma avaliação, nem de um estudo técnico, económico e financeiro que revelasse as respectivas vantagens e benefícios.” Fim de citação.

O Tribunal de Contas condena, sem reboço, a Administração à data pela acção ou inacção na fase de

plancamento, na fase concursal, na fase das negociações, mas também quanto aos problemas de prazo de fornecimento e montagem dos equipamentos.

Ou seja: o Tribunal de Contas critica, e condena, de forma inequívoca as opções da Administração quanto aos aspectos técnicos e de segurança, imputando-lhe claras responsabilidades. A este respeito, o mínimo que se pode dizer, e parafraseando o próprio Tribunal de Contas, é que os responsáveis agiram com “ Falta de maturidade e com falta de rigor “.

Mas o Tribunal de Contas critica e condena também a forma pouco transparente como foi conduzido todo o processo. A este propósito vale a pena citá-lo uma última vez: “o redimensionamento dos equipamentos, bem como a reavaliação das respectivas funcionalidades, foi objecto de negociações privilegiadas com um único concorrente, o que, objectivamente, se pode traduzir numa derrogação aos princípios da estabilidade das regras concursais, da concorrência, da igualdade e da transparência.” Fim de citação.

Falta de maturidade, falta de rigor, falta de transparência, incompetência

Em suma, falta de maturidade, falta de rigor, falta de transparência, incompetência, eis como o Tribunal de Contas classifica a actuação de quem foi responsável, num passado ainda recente, pelo lamentável dossier das obras do Metro no Terreiro do Paço.

Maior censura seria difícil. E não se trata da censura de um qualquer agente político. Trata-se da censura de um órgão soberano como é o Tribunal.

(...)

No fundo, aquilo que o Tribunal de Contas veio agora dizer, preto no branco, foi que tudo quanto Deputados do PSD tinham afirmado quando criticaram a empresa e os responsáveis políticos por todo este inominável processo só pecou por defeito.

E quando criticámos o que criticámos fizémo-lo pensando nos dinheiros públicos, na segurança das pessoas e dos bens, no conforto e na comodidade dos cidadãos, isto é, no interesse público, e fizémo-lo também porque achámos que havendo erros grosseiros e manifesta incompetência,

tinha de haver responsáveis.

Fomos então acusados de tudo. De estarmos a fazer politiquice. Que era tudo mentira. Que a lisura e a transparência tinham sido irrepreensíveis. Que as vítimas não éramos nós os portugueses, que estávamos e estamos a pagar isto tudo, mas sim os apontados como pretensamente falsos responsáveis.

E agora? Vamos ouvir as mesmas acusações, proferidas pelas mesmas pessoas, só que dirigidas, desta feita, ao Tribunal de Contas? Talvez. O que provará que a falta de vergonha não tem limites.

Mas de uma coisa podem estar certos: nós, PSD, não deixaremos que mais uma cortina de fumo seja erguida em torno deste dossier, evitando que se apure a verdade, e se perceba quem foi e é responsável directo ou político pelo quê.

É que as obras ainda lá estão, o sorvedouro de dinheiros públicos ainda não se saciou, pelo que é imprescindível fazer-se luz sobre as razões de tão penosa incompetência.

Por isso, e no sentido de trazer esclarecimentos totais sobre os factos, de dissipar as cortinas de fumo que foram lançadas, de evitar mais desinformação, o Grupo Parlamentar do PSD vai requerer a audição do Tribunal de Contas na Comissão Parlamentar competente, com o objectivo de se perceber em definitivo os factos que o Tribunal apurou e as conclusões que daí retirou sobre os erros, as incompetências e a hierarquia de responsabilidades que estiveram na base do lamentável processo das obras no Terreiro do Paço.

Vamos fazê-lo,

(...)

Em nome da publicitação da verdade que alguns habilidosamente tentaram escamotear.

Vamos fazê-lo,

(...)

em defesa da transparência, da seriedade de propósitos e do interesse público que alguns sacrificaram.

Para que sirva de lição.

E para que seja mais difícil voltar a acontecer.

Intervenção sobre “Desenvolvimento Sustentável, centrada nas políticas de Ambiente, de Ordenamento do Território e Transportes”

Deputado Luís Rodrigues

Assembleia da República, 14 de Abril de 2004



(...)
É por todos sabido que dos **compromissos internacionais assumidos por Portugal** no âmbito da Agenda 21, acordada na Conferência das Nações Unidas **sobre Ambiente e Desenvolvimento**, realizada no Rio de Janeiro em 1992, **resultou**, entre outras iniciativas, a **elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)**. Tal compromisso seria posteriormente reafirmado na 19ª Sessão Especial da Assembleia-geral das Nações Unidas de 1997.

A aprovação da Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2002, de 1 de Março, conduziria à promoção, amplamente participada, de um documento-base conducente ao estabelecimento da ENDS. Em consequência, a 1ª versão da ENDS (2002) seria aprovada no Conselho de Ministros a 29 de Maio de 2002.

Em 5 de Junho de 2002 e no quadro da celebração do Dia Mundial do Ambiente, a ENDS seria apresentada para consulta pública numa sessão presidida pelo próprio Senhor Primeiro-Ministro que, na ocasião se fez acompanhar dos principais Ministros e Secretários de Estado envolvidos, em função das matérias das respectivas tutelas, na implementação da ENDS.

(...)

A matéria do Desenvolvimento Sustentável viria a ser, também, abordada e discutida na Reunião Plenária desta Câmara em 19 de Julho de 2002, aí já num contexto de preparação da posição nacional a assumir na Cimeira de Joanesburgo, que teria lugar um mês depois.

A ENDS, que se encontrava estabelecida em torno de quatro grandes Domínios Estratégicos, a saber **“o território como um bem a preservar”, a “melhoria da qualidade do ambiente”, a “produção e o consumo sustentáveis das actividades económicas” e “em direcção a uma sociedade solidária e do conhecimento”**, manter-se-ia em discussão pública até 5 de Agosto de 2002.

As conclusões gerais da consulta pública apontaram para uma apreciação globalmente positiva do conteúdo do documento, tendo-o considerado como um bom ponto de partida para um processo mais longo e participado.

Desta auscultação resultou, também, por um lado, a necessidade da sua revisão em harmonia com os comentários recebidos e, por outro, a imprescindibilidade da elaboração de um Plano de Implementação da Estratégia (PIENDS), com objectivos, metas e prazos concretos, meios de implementação e correspondentes indicadores de monitorização de progresso – para um horizonte temporal de 2004 a 2015.

(...)

Mais recentemente o Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro constituiu uma Comissão Coordenadora para a elaboração do Plano de Implementação da ENDS, sob a coordenação da Dra. Isabel Mota.

Ou seja, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados: em matéria de Desenvolvimento Sustentável nunca esteve o nosso País tão bem orientado e apoiado como agora, não apenas para a plena consecução dos compromissos que ao nível internacional assumiu solenemente, como, ainda, para a conformação dos seus modelos de desenvolvimento com os melhores e mais exigentes ditames do equilíbrio intersectorial e da salvaguarda das condições de vida das gerações vindouras.

Também no domínio específico dos transportes se têm vindo a verificar assinaláveis progressos ao nível das iniciativas nacionais, sobretudo em matérias com repercussões ambientais e energéticas. O cumprimento dos objectivos constantes do Programa do Governo passa pela integração dos grandes projectos desta área num quadro de compatibilização com as linhas fundamentais das políticas de ordenamento do território, da preservação ambiental e de uma mobilidade – também ela – sustentável, em harmonia, de resto, com o Plano Nacional para as Alterações Climáticas.

(...)

Diversamente do que passava no mandato do anterior Governo – em que as medidas adoptadas eram escassas na sua ambição e desenquadradas na sua actuação (como se pretendia, por exemplo, para o caso dos Resíduos Industriais Perigosos) – e até com algumas actuações localizadas do Grupo Parlamentar ora interpelante – como no caso da proliferação de construções clandestinas no Parque Natural da Arrábida -, a integração harmoniosa das diversas políticas sectoriais para um Desenvolvimento Sustentável conheceu, finalmente, no nosso País e com actual Executivo uma nova e adequada dinâmica.

(...)

Agendamento

Quarta-Feira, dia 21 de Abril de 2004-15:00h

Agendamento Potestativo, requerido pelo GP/PS

Projecto de Resolução nº242/IX(PS)

(Cria uma Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação das Medidas de Prevenção e Combate aos Fogos Florestais)

Quinta-Feira, dia 22 de Abril de 2004-15:00h

Eventual apreciação em sessão plenária dos projectos de Revisão Constitucional

VOTAÇÕES

Sexta-Feira, dia 23 de Abril de 2004-10:00h

Eventual apreciação em sessão plenária dos projectos de Revisão Constitucional

o PSD pergunta

Requerimento ao Ministério da Justiça

Sobre o palácio da justiça do cadaval
Dep. Duarte Pacheco

Requerimento ao Ministério da Educação

Sobre a possibilidade de construção de um pavilhão gimnodesportivo na escola C+S de Sobral de Monte Agraço
Dep. Duarte Pacheco

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas e ao Ministério das Finanças

Sobre o provimento de recursos para o funcionamento do CCP
Dep(s) Eduardo Moreira e outros

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na reunião do dia 15, como habitualmente realizada na Presidência do Conselho, aprovou 18 diplomas, sendo o primeiro, um Decreto-Lei que cria o **Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo**, no concelho de Matosinhos, destinado a população reclusa feminina.

A aprovação deste diploma insere-se na linha do compromisso assumido pelo Governo, no seu programa, de investir no sistema prisional e de melhorar o seu funcionamento, através, designadamente, do alargamento da capacidade do sistema prisional e da concepção de novas formas de gestão que privilegiem a eficácia dos fins a que se destinam e a humanização da vida dos reclusos. Neste sentido, o diploma introduz uma importante novidade face ao tradicional modelo de gestão e de funcionamento dos estabelecimentos prisionais, que consiste na possibilidade de o Estabelecimento Prisional ser gerido com a participação de entidades particulares, mediante a celebração de protocolo, acordo ou outra forma de colaboração.

Trata-se de uma medida que, sem colocar em causa as funções que são da exclusiva responsabilidade dos serviços prisionais, pretende abrir caminho a uma mais estreita colaboração entre o Estado e a sociedade civil, tendo como objectivo atenuar o isolamento do ambiente prisional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos reclusos, em domínios onde determinadas entidades se apresentam com particular experiência e aptidão, designadamente nas áreas dos serviços de saúde, serviços de apoio ao tratamento penitenciário, creche, serviços de restauração, serviços complementares, e serviços de manutenção de instalações e equipamentos.

Assim, com carácter de experiência piloto, sujeita a avaliação periódica e acompanhamento permanente por parte da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, pretende-se recorrer à cooperação da Santa Casa da Misericórdia do Porto que, pela sua vocação, capacidade técnica e equipamentos sociais de que dispõe, designadamente nas áreas da saúde mental e outros cuidados de saúde, e do apoio a grupos sociais com problemáticas específicas, retina as condições únicas e essenciais para que lhe seja cometida a responsabilidade pela prossecução de algumas actividades da gestão prisional externa do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo.

A entrada em funcionamento deste novo estabelecimento prisional vai descongestionar alguns outros, designadamente o de Tires, e permitir uma melhor rentabilização de meios.

Instituto Português da Qualidade

Um Decreto-Lei aprova a reestruturação do Instituto Português da Qualidade, IP (IPQ).

Com o presente diploma, é dado mais um passo na reestruturação dos serviços do Ministério da Economia, processo encetado pela publicação da respectiva lei orgânica.

As preocupações crescentes no domínio da qualidade, como factor determinante para a produtividade e competitividade das actividades dos agentes económicos, bem como evoluções nacionais e internacionais, motivam a aprovação deste Decreto-Lei.

A extinção do Conselho Nacional da Qualidade e do Observatório da Qualidade, conduziram a acrescidas responsabilidades do IPQ na coordenação e gestão geral do Sistema Português da Qualidade. Por outro lado, e face à criação do Instituto Português de Acreditação, IP (IPAC), as atribuições no âmbito da

acreditação deixam de estar na esfera do IPQ.

Este diploma vem, pois, corresponder ao maior enfoque necessário às atribuições do IPQ, com consequente redução do peso da Administração Pública, assumindo-se uma particular preocupação no que respeita ao aprofundamento das responsabilidades de Portugal no contexto da União Europeia.

Cessação dos Contratos de Aquisição de Energia

Outro Decreto-Lei procede à definição das condições da cessação dos Contratos de Aquisição de Energia e à criação de medidas compensatórias para cada parte contratante.

O Decreto-Lei hoje aprovado na generalidade, atento o processo de notificação da Comissão Europeia em curso, define as condições da cessação dos Contratos de Aquisição de Energia e a criação de medidas compensatórias que assegurem a apropriada equivalência económica, relativamente à posição de cada parte no CAE.

Este diploma vem, assim, atribuir a um dos titulares dos CAE, entidade concessionária da RNT ou Produtores, o direito ao recebimento de compensações pela extinção antecipada destes contratos, estabelecendo-se ainda a metodologia de determinação do montante dessas compensações, bem como as formas e o momento do seu pagamento e os efeitos de eventuais faltas de pagamento.

A solução legal consagrada no diploma possibilita que o processo de cessação dos CAE e a atribuição das correspondentes compensações não conduzam a um acréscimo de custos para os consumidores, nomeadamente, mediante a repercussão, de uma forma diluída, do impacto económico daquelas compensações nas tarifas eléctricas, de modo a tutelar adequadamente os direitos e os interesses económicos dos consumidores de energia eléctrica.

Instituto Português de Acreditação

Por Decreto-Lei é criado o Instituto Português de Acreditação, IP (IPAC).

O presente diploma enquadra-se no âmbito da Resolução do Conselho 90/CE 10/01, de acordo com a qual a Comissão Europeia ficou incumbida de desenhar as medidas necessárias a fim de todos os Estados-membros criarem sistemas de acreditação autónomos, visando a promoção de acordos de reconhecimento mútuo, em matéria de certificação e ensaios que permitissem a efectiva realização do mercado interno.

Considerando que a acreditação é uma actividade de indispensável importância para que as autoridades públicas, nacionais e europeias, obtenham um grau suficiente de confiança nos certificados expedidos em qualquer lugar da Europa, o que facilita a livre circulação de produtos em todo o espaço económico europeu, e que a criação de “entidades acreditadoras independentes” tem sido a tendência na maioria dos diferentes Estados-membros, impõe-se a autonomização desta actividade a nível nacional.

Instituto Nacional de Propriedade Industrial

Uma Resolução do Conselho renova o mandato do presidente e de um vogal do conselho de administração do Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Esta Resolução renova os mandatos do presidente e de um vogal do conselho de administração do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), respectivamente, Jaime Serrão Andrez e Maria Leonor Mendes Trindade, que, desta forma, mantém as funções que têm vindo a exercer desde 2000.

Instituto do Turismo de Portugal

Ainda por Resolução do Conselho é nomeado o conselho directivo do Instituto do Turismo de Portugal.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 77/2004, foi criado o Instituto do Turismo de Portugal (ITP), por transformação e alteração dos estatutos do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo.

Por outro lado, o mandato dos titulares do conselho de administração do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo tinha já terminado, encontrando-se aqueles elementos em situação de gestão corrente.

Consequentemente, o Governo procedeu agora à nomeação dos titulares do conselho directivo do ITP, o qual passa a ter a seguinte constituição: Presidente – Dr. José Maria Saldanha Bento; Vice-presidentes – Eng. Diogo de Mendonça Rodrigues Tavares e Dr.ª Maria Madalena Monteiro da Mata Torres Pitta e Cunha; Vogais – Dr.ª Maria José Martins Catarino e Dr. Rui Manuel Martins Coelho Valente.

Legislação sobre funiculares

Por Decreto-Lei é alterado o Decreto-Lei n.º 313/2002, de 23 de Dezembro, que estabelece o regime aplicável à construção, colocação em serviço e exploração das instalações por cabo para o transporte de pessoas.

Foi aprovado o diploma que procede à alteração do Decreto-Lei n.º 313/2002, de 23 de Dezembro, que define o regime aplicável à construção, colocação em serviço, exploração e respectiva fiscalização técnica das instalações por cabo para o transporte de pessoas.

A experiência ganha com a aplicação do Decreto-Lei n.º 313/2002 e do Regulamento sobre Construção, Entrada em Serviço e Exploração de Funiculares permitiu verificar que este sector económico é dinâmico, existindo actualmente 15 entidades exploradoras de serviços de transporte por cabo de pessoas, característica que pode ser potenciada com a adopção de mecanismos de subcontratação (outsourcing) de determinadas actividades que não ponham em causa a segurança das pessoas.

Essa experiência permitiu ainda descortinar algumas incompletudes e imperfeições no mesmo que importa corrigir (através do presente Decreto-Lei), nomeadamente a omissão de previsão expressa de um regime de taxas pela prática de actos pelo INTF e a introdução de um regime alternativo de verificação da conformidade das instalações (artigo 12.º-A) para os casos em que a construção de uma instalação esteja concluída e não seja ainda conhecida a entidade que a vai explorar

Acessibilidades e Transportes na região Centro

Por Resolução do Conselho de Ministros são nomeados, o novo gestor da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes e

Conselho de Ministros

o novo coordenador da intervenção operacional de acessibilidades e transportes regionalmente desconcentrada, no Programa Operacional da Região Centro.

Através da presente Resolução são nomeados, como novo gestor da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes, o Dr. Adriano Cabaços Tourais e, como nova coordenadora da intervenção operacional de acessibilidades e transportes regionalmente desconcentrada, no Programa Operacional da Região Centro, a Dr.ª Filomena do Rosário Amaral Pereira.

Teor de patulina nos géneros alimentícios

Um Decreto-Lei transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2003/78/CE da Comissão, de 11 de Agosto de 2003, que estabelece os métodos de amostragem e de análise para o controlo oficial do teor de patulina nos géneros alimentícios.

A patulina é uma micotoxina que se encontra frequentemente nos frutos podres e que é produzida por fungos microscópicos normalmente designados por bolores, cujo desenvolvimento depende da luz solar, da temperatura da humidade do ambiente e da natureza do alimento.

Para que o controlo oficial dos teores de patulina seja eficaz, é necessário que sejam fixados métodos de amostragem e de análise seguros, de modo a obter resultados fiáveis.

Para o efeito, a Directiva 2003/78/CE da Comissão veio estabelecer os métodos de amostragem e de análise para o controlo oficial do teor de patulina nos géneros alimentícios, de acordo com os conhecimentos actuais e adaptáveis à evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Este Decreto-Lei adopta, na ordem jurídica interna, as disposições comunitárias relativas aos métodos de amostragem e de análise para o controlo oficial do teor de patulina em certos géneros alimentícios.

Regime jurídico do ensino da condução

Um Decreto-Lei altera o Decreto-Lei n.º 86/98, de 3 de Abril, que tinha aprovado o regime jurídico do ensino da condução.

A aprovação do presente diploma decorre da necessidade de harmonizar o regime aplicável aos instrutores, subdirectores e directores do Espaço Económico Europeu com a Directiva 92/51/CEE do Conselho, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 242/96. Nestes termos, procede-se agora à alteração do artigo 30.º e aditamento do artigo 36.ºA do Decreto-Lei n.º 86/98.

Disciplina jurídica do ensino da condução

Um Decreto Regulamentar altera o Decreto Regulamentar n.º 5/98, de 9 de Abril, que regulamenta a disciplina jurídica do ensino da condução.

O presente diploma introduz alterações ao regime jurídico do ensino da condução, previsto no Decreto-Lei n.º 86/98 e no Decreto

Regulamentar n.º 5/98, que se traduzem na harmonização do regime dos instrutores, subdirectores e directores do Espaço Económico Europeu, com o disposto na Directiva 92/51/CEE, do Conselho, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 242/96.

Museu da Região do Douro

Uma Resolução do Conselho de Ministros autoriza a Direcção-Geral do Património a proceder à aquisição pelo Estado de instalações destinadas ao Museu da Região do Douro.

Através da Resolução hoje aprovada, o Governo autoriza a Direcção-Geral do Património a adquirir para o património do Estado o imóvel denominado Casa da Companhia, na cidade de Peso da Régua.

A aquisição deste imóvel vem permitir instalar a sede do Museu da Região do Douro, criado pela Lei n.º 125/97.

Coordenadores das componentes da Intervenção Operacional da Saúde

Por Resolução do Conselho é alterado o n.º 2 do artigo 5.º do Anexo I à Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 16 de Maio, que define as estruturas de gestão do QCA III, e nomeia os coordenadores das componentes da Intervenção Operacional da Saúde.

Com esta Resolução procede-se a reajustes nas componentes do Programa Operacional da Saúde e nomeia-se o Dr. João Campos Vargas Moniz, como coordenador da componente “Melhoria do Acesso”, com o estatuto de encarregado de missão, ficando, assim, completa a equipa de coordenadores das componentes do Programa Operacional da Saúde, juntamente com a Dr.ª Natércia Maria Franco de Barros Miranda e o Dr. Rui Manuel da Silva Rodrigues Guerra.

Renovação do Programa “Escolhas”

Também por Resolução do Conselho procede-se à renovação do Programa “Escolhas”, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de Janeiro.

O Governo, consciente da importância e da existência de condições que permitam continuar a intervir, articulando iniciativas das diversas entidades e agentes locais, junto dos jovens provindos de contextos sócio-económicos mais desfavoráveis e problemáticos, entende dever dar continuidade às acções que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito do Programa Escolhas, reformulando-o e dando-lhe claramente um novo impulso e dinâmica, tendo em conta a experiência anterior.

O modelo agora adoptado introduz uma abordagem centrada nas parcerias com a sociedade civil, mediante contratos-programa.

Por outro lado, alarga-se o âmbito territorial do Programa, passando a privilegiar-se uma perspectiva de integração, conceito mais amplo do que o de prevenção da criminalidade.

Ao mesmo tempo, agilizam-se processos, simplificando a tutela e assegurando-se a intervenção do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, propiciando uma melhor articulação com outras estruturas de integração já implementadas e com as equipas da Segurança Social a nível local e distrital.

Administração da Caixa Geral de Aposentações

Uma Resolução do Conselho nomeia os novos membros do conselho de administração da Caixa Geral de Aposentações.

Na sequência da nomeação dos novos órgãos sociais da Caixa Geral de Depósitos, e tal como determina o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 277/93, foi agora aprovada a nova composição do conselho de administração da Caixa Geral de Aposentações, que passa a ser a seguinte: presidente: Dr. Carlos da Silva Costa; vogais: Drs. Vitor Manuel Lopes Fernandes e António Manuel Maldonado Gonelha.

Regime de voluntariado (RV) e de contrato (RC) em 2004, na Marinha, no Exército e na Força Aérea

Um Decreto Regulamentar fixa os quantitativos máximos de militares na efectividade de serviço em regime de voluntariado (RV) e de contrato (RC) em 2004, na Marinha, no Exército e na Força Aérea.

O presente decreto regulamentar fixa os limites máximos de quantitativos de militares em Regime de Voluntariado e Regime de Contrato, para o ano de 2004, nos três Ramos das Forças Armadas.

É igualmente especificada a base de incidência para a fixação daqueles limites, bem com o data limite para a apresentação do planeamento de efectivos abrangidos pelos regimes de voluntariado e de contrato para 2005.

Quantitativos máximos de militares na efectividade de serviço em regime de contrato e de voluntariado em 2004 na Marinha, no Exército e na Força Aérea.

Categoria	Marinha	Exército	Força Aérea	Total
Oficiais	185	850	570	1605
Sargentos	44	1820	40	1904
Praças	2715	14312	3100	20127
Total	2944	16982	3710	23636

Movimentos nos altos comandos da NATO em Lisboa

O Conselho deliberou propor exoneração do Vice-Almirante Américo da Silva Santos do cargo de Comandante-Chefe do Sul Atlântico (Southlant).

Com a Deliberação hoje aprovada, O Governo propõe ao Senhor Presidente da República, após iniciativa do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e aprovação do Conselho Superior de Defesa Nacional, a exoneração do Senhor Vice-Almirante Américo da Silva Santos do cargo de Comandante-Chefe do Sul Atlântico (Southlant).

Na sequência desta Deliberação, o Conselho deliberou também propor ao Senhor Presidente da República, também após iniciativa do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e aprovação do Conselho Superior de Defesa Nacional, a nomeação do Senhor Contra-Almirante Fernando José Ribeiro de Melo Gomes para o cargo de Segundo Comandante (Deputy Commander In-Chief) do Joint Headquarters Lisbon.



Notícias dos Açores

Antecipada a ampliação da pista da Horta Inaugurada a sede do PSD em Lagôa

O líder do PSD e da “Coligação Açores” anunciou hoje que conseguiu sensibilizar o Governo da República para a necessidade de antecipar a obra de ampliação da pista do Aeroporto da Horta. No início da sua visita de três dias à Ilha do Faial, Victor Cruz explicou que o arranque da obra, inicialmente programado para 2007, deverá ser antecipado em cerca de dois anos, concretizando-se assim já em 2005.

A “boa notícia” foi divulgada por Victor Cruz no final da sua reunião com o director do Aeroporto da Horta, João Corvelo, que se manifestou “muito satisfeito” com a perspectiva concreta de antecipação de uma “obra fundamental” para a melhoria das operações aeroportuárias na Ilha do Faial. O candidato social-democrata a Presidente do Governo Regional sublinhou que “este exemplo demonstra bem que é muito melhor governar os Açores em cooperação e não em

dos Açores, um dos pólos de recepção/distribuição turística da Região. Este facto, associado ao previsível aumento do número de camas disponíveis na ilha, já a partir deste verão, faz prever que comecem a existir condições para que possam ser igualmente programados voos a partir dos mercados europeus e mesmo dos Estados Unidos da América e Canadá.

A situação actual e as perspectivas futuras da Ilha do Faial, na opinião de Victor Cruz, exigem que o Aeroporto da Horta não se apresente como um constrangimento para a operação de novos voos em condições economicamente viáveis. Por isso, a antecipação da obra de ampliação da sua pista “terá também um impacto positivo para a economia faialense”, concluiu.

Inauguração da nova sede do PSD em Lagôa



guerrilha com o Governo da República”.

Victor Cruz garantiu aos órgãos de comunicação social que encontrou “vontade política” para a antecipação desta obra nos diversos contactos que estabeleceu junto dos governantes nacionais, pelo que a empresa ANA (Aeroportos e Navegação Aérea) deverá desenvolver, “o mais rapidamente possível”, o projecto técnico destinado ao início dos trabalhos de ampliação da pista faialense.

O Aeroporto da Horta tem uma “importância fundamental” não só para a população da Ilha do Faial como para os Açores em geral, pois é escalado regularmente por voos domésticos inter-ilhas e territoriais, sendo uma das mais movimentadas infra-estruturas aeroportuárias da Região. Durante o ano de 2003, o aeroporto faialense movimentou 185.141 passageiros, 4.471 aviões e 1.113,4 toneladas de carga.

A Ilha do Faial é também, no actual Plano de Desenvolvimento Turístico

Mais de 200 pessoas participaram na noite do passado dia 14, na inauguração da nova sede do PSD do concelho da Lagôa.

Victor Cruz, que presidiu à festa inaugural, no amplo salão, mas que não chegou para albergar todos os apoiantes que estiveram presentes, notou esta circunstância para afirmar que “o PSD já não cabe nas suas sedes e começa a conquistar a rua” também no único concelho socialista da Ilha de S. Miguel.

Para o líder social-democrata, “o PSD, mais do que inaugurar uma sede, está a inaugurar um novo ciclo de mobilização decisiva neste concelho”.

“Sente-se hoje, na Lagôa, uma dinâmica de vitória para ganharmos aqui as próximas eleições regionais e autárquicas”, considerou, “porque os lagoenses já perceberam que apostar outra vez nos mesmos não seria bom para a Lagôa”.

Victor Cruz assegurou que um Governo Regional da “Coligação Açores” não vai discriminar as



autarquias socialistas, mas sim cooperar com todas as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia em benefício da melhoria das condições de vida dos açorianos em todas as ilhas. Aproveitou, contudo, para manifestar o desejo de que a próxima Câmara Municipal da Lagôa seja da responsabilidade do Partido Social-Democrata.

O candidato social-democrata a Presidente do Governo Regional reafirmou, por outro lado, que uma nova governação suportada pela coligação PSD/CDS-PP “dará grande prioridade às questões sociais, para combater a pobreza que, infelizmente, ainda existe na Lagôa e noutros concelhos dos Açores”.

A mesma convicção foi manifestada pelo presidente da Comissão Política Concelhia do PSD da Lagôa. Rui Meneses considerou que “a imagem que os autarcas do concelho tentam passar da actuação do actual Governo Regional não corresponde à verdadeira realidade da Lagôa”. Para contrariar esta “política do faz-de-conta”, o líder local do PSD e o presidente da JSD da Lagôa, Pedro Leite, afirmaram a sua “total

disponibilidade” para ajudar a fazer de Victor Cruz o próximo Presidente do Governo dos Açores.

Victor Cruz continua a acompanhar o Desporto

O candidato da “Coligação Açores” a Presidente do Governo Regional, na continuação do seu périplo pelas ilhas, esteve no dia 15 no Faial, dedicando parte da sua visita ao desporto, que “deve merecer de todos um carinho e um cuidado especiais”, tendo assumido o compromisso de dotar Faial com dois campos de relvado sintético, para a prática de desporto.

No âmbito da sua visita de três dias ao concelho da Horta, Victor Cruz defendeu o arrelvamento de um campo na costa norte e de outro na costa sul, de forma a apoiar a actividade dos clubes desportivos das diferentes freguesias faialenses.

O líder do PSD/Açores, que visitou os clubes desportivos dos Cedros e do Salão, elogiou o contributo prestado pelas equipas locais para a formação



Notícias dos Açores (Conclusão)

Novo olhar sobre o Desporto no Faial e o maior jantar-comício de sempre

integral da juventude faialense. Por isso, na sua opinião, um futuro governo regional de liderança social-democrata “não pode deixar de investir na criação de melhores condições para a prática do desporto” no Faial e em todas as ilhas.

Assim, Victor Cruz comprometeu-se a instalar um relvado sintético na costa norte do Faial, servindo as freguesias de Cedros, Salão, Praia do Norte e Ribeirinha, bem como na zona sul desta ilha, para utilização comum das localidades de Feteira, Castelo Branco e Capelo. Independentemente da sua localização exacta, as novas infra-estruturas vão complementar o actual conjunto de equipamentos desportivos, que conta com dois campos sintéticos na cidade da Horta e na freguesia dos Flamengos.

A deslocação de Victor Cruz aos clubes desportivos de Cedros e Salão, sendo este último o actual campeão das ilhas Faial e Pico, integrou um conjunto de contactos que o líder da “Coligação Açores” tem vindo a desenvolver no concelho da Horta. A Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial e a Santa Casa da Misericórdia da Horta foram algumas das instituições visitadas, bem como a Sociedade Recreio Musical Ribeirinhense, na freguesia de Ribeirinha, que completa este ano oito décadas de existência e cuja filarmónica em fase de reactivação, já havendo uma banda em actividade

Defesa da Tarifa Única nas ligações ao Continente

No dia 16 realizou-se o maior jantar-comício alguma vez visto na Ilha do Faial, que reuniu quase um milhar de apoiantes da candidatura de Victor Cruz a Presidente do Governo Regional.

O candidato anunciou que está a trabalhar com o Governo da República para salvaguardar a tarifa única nas ligações aéreas de residentes e estudantes entre as diferentes ilhas açorianas e o continente português e manifestou a sua convicção de que conseguirá resolver mais este problema, a favor dos interesses dos Açores.

Referindo-se à dimensão do jantar-

comício, afirmou que perante “uma tão expressiva mobilização popular fica bem demonstrado o desejo de mudança da sociedade faialense e a dinâmica de vitória da Coligação Açores”.

Victor Cruz invocou a sua influência directa na recente resolução de problemas antigos para a Ilha do Faial,



assegurando que “no futuro, se os açorianos quiserem, será possível fazer ainda mais e melhor”.

A antecipação em dois anos das obras de ampliação da pista do Aeroporto da Horta e a construção das novas instalações do Departamento de Oceanografia e Pesca da Universidade dos Açores “são dois exemplos emblemáticos de que é melhor para os Açores a cooperação do que a guerrilha”. Ainda no caso específico do Faial, Victor Cruz manifestou-se “esperançoso numa próxima resolução” do antigo problema das instalações da Repartição de Finanças da Horta. “O PS levou anos a falar de tudo isto e não conseguiu resolver nada”, disse.

Em contraste com os “importantes contributos” já prestados pelo seu partido, o líder social-democrata denunciou a “incrível situação das promessas não cumpridas e agora reafirmadas pelo Governo Regional para a Ilha do Faial”. Referindo os exemplos

da nova Escola Secundária da Horta, da construção da variante à cidade ou da recuperação das estradas do Faial, Victor Cruz concluiu que “cada promessa do PS é uma prova de arrependimento pelo que não conseguiram fazer”.

“Os faialenses não podem

continuar a ser vítimas da incompetência do Governo, porque já bastou terem sido vítimas do sismo”,

Para o líder da “Coligação Açores”, o “Governo do PS, no Faial como noutras ilhas, esteve sete anos a fazer o papel da cigarra cantora e só neste final de mandato quer fingir que desempenha o papel da formiga trabalhadora”. A propósito, Victor Cruz acrescentou que “o que mais impressiona é um governo que se diz solidário não ter feito o que devia no processo da reconstrução”. Na sua opinião, “esta não foi uma reconstrução solidária” e o Faial “pagou por algo de que não tem culpa”.

“Como é possível que seis anos depois de 1998, este Governo Regional, só para tentar iludir o cumprimento dos prazos que sucessivamente adiou, esteja agora a mandar cartas informando que, afinal, algumas casas sinistradas não foram afectadas pelo sismo?”,

questionou Victor Cruz. “Os faialenses não podem continuar a ser vítimas da incompetência do Governo, porque já bastou terem sido vítimas do sismo”, prosseguiu, para assegurar que, depois da vitória da “Coligação Açores”, “quem tinha legítimas expectativas de ver o seu problema resolvido vai ser novamente integrado nas empreitadas da reconstrução”.

E já no final ante uma sala repleta de militantes, simpatizantes e independentes de todas as freguesias da Ilha do Faial, o candidato da coligação PSD/CDS-PP considerou que “está na hora dos faialenses reflectirem muito bem se valeu a pena terem um governo socialista há oito anos e uma câmara socialista ainda há mais tempo”. “Sinto que o Faial está a ficar cada vez mais para trás e a culpa não é minha nem é do PSD”, acrescentou. Victor Cruz advertiu igualmente que “há outros partidos, como o PCP, que já deram provas de só pretenderem prolongar o actual estado da governação socialista”.

Nas próximas eleições regionais, o líder social democrata defende que “só há dois caminhos possíveis para os faialenses: ou se aposta em dar uma oportunidade à “Coligação Açores” ou se entende que o PS governou bem para o Faial”. Victor Cruz assegurou que a candidatura PSD/CDS-PP “o que disser é mesmo para fazer” e recordou as suas propostas de criação de uma Sociedade de Desenvolvimento para o Faial, de requalificação da orla marítima da cidade ou de construção da Escola Secundária da Horta.

O candidato a Presidente do Governo Regional terminou a sua intervenção desafiando os faialenses a “unirem esforços para que o Faial recupere a importância que tem perdido nos últimos anos”. Na sua opinião, “o desenvolvimento dos Açores é para todos e não só para alguns”. “Sinto que cada faialense quer mais para o Faial”, disse. Por isso, concluiu, “mudar de governo é defender o Faial”.

— Fonte e fotos: Gabinete Imprensa PSD/Açores





Notícias das Autarquias

Figueira da Foz: Câmara apresenta Relatório e Contas



O presidente da Câmara da Figueira da Foz (PSD) divulgou hoje o relatório e contas da autarquia de 2003, durante um pequeno-almoço com jornalistas.

A apresentação à comunicação social do relatório e contas da Câmara Municipal foi feita no dia 16, num hotel da cidade, horas antes da reunião do executivo na qual foi feita a

discussão formal do documento.

Na ocasião, o presidente da autarquia, Duarte Silva, considerou que o executivo PSD por si liderado alcançou no ano de 2003 “dentro de uma conjuntura económica desfavorável, um boa prestação”.

O autarca destacou, entre outros aspectos, a concretização efectiva do plano de investimentos, reclamando uma taxa de execução de 54 por cento, “a segunda melhor dos últimos 16 anos”.

No entanto, o presidente da edilidade assumiu que os tempos “não foram fáceis” para a gestão do município, aludindo à existência de menos recursos financeiros, nomeadamente à falta de acesso ao crédito bancário para concretização de candidaturas a fundos comunitários e à recessão no mercado imobiliário, que “congelou” a compra de terrenos, disse.

No primeiro ano em que, por imperativo do Plano de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), a Câmara teve de apresentar o Balanço e Demonstração de Resultados, Duarte Silva revelou ainda que estes “são negativos na ordem dos 3,15 milhões de euros”.

– Fonte: Arquivo Lusa

Braga: Vereadores eleitos pelo PSD votam contra o Relatório e Contas da Autarquia



No dia 8 deste mês, a Câmara de Braga apresentou pela primeira vez à apreciação da edilidade, o seu relatório de contas, de acordo com a nova Lei de 11 de Janeiro de 2002, que determinou a introdução do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), com os respectivos mapas de execução orçamental, a execução anual do plano plurianual de

investimentos, o mapa de fluxos de caixa, os anexos às demonstrações financeiras, os quadros, códigos e notas explicativas das classificações funcional, económica, orçamental e patrimonial, e ainda, o sistema contabilístico, de que se destacam o inventário, a contabilidade de custos e o relatório de gestão.

Os vereadores eleitos pelo PSD contestaram a forma e o conteúdo da apresentação da presidência socialista, numa declaração de voto, na qual afirmam que:

«Dos documentos exigidos, apenas havia sido distribuída uma parte: uma introdução, o balanço, os mapas de demonstração de resultados, o fluxo de caixa, mapas de controlo orçamental, mapas de contas de ordem e o mapa de operações de tesouraria. Verificando-se que faltavam

documentos imprescindíveis, peças fundamentais do que a lei consagra como sendo os Documentos de Prestação de Contas, designadamente, a execução anual do plano plurianual de investimentos, os anexos às demonstrações financeiras, os quadros, códigos e notas explicativas das classificações funcional, económica, orçamental e patrimonial e o relatório de gestão.

«É uma condição elementar do exercício democrático que só possa ser apreciado aquilo que exista, analisar uma parte de um conjunto é ser parcial, é ter uma visão deturpada da realidade e os vereadores signatários recusam-se a tal facto (...).

Assim, os vereadores eleitos pelo Partido Social afirmam que estas faltas só vêm corroborar as críticas por eles efectuadas quando da discussão e votação das opções do plano e do respectivo orçamental, designadamente quanto à estruturação, à clareza e à falta de políticas sustentadas de desenvolvimento para o concelho, que «não deixam discernir uma concepção estratégica para o futuro do concelho e da cidade.»

Segundo os eleitos do PSD, os documentos em apreciação demonstram claramente a inexistência de linhas de desenvolvimento, surgindo assim como uma simples enumeração de acções realizadas sem que haja um fio condutor entre estas, resultante das próprias opções do plano terem, também elas, falta de coerência interna.

E mais adiante, afirmam: «A maioria socialista perdeu a dignidade democrática pois sendo confrontada com a inexistência dos documentos de prestações de contas decidiu, qual golpe de magia, transformar os títulos e os cabeçalhos do velho relatório de actividades, na esperança que os nossos olhos ficassem presos a esse golpe de magia e nada mais vissem [...] Ora a realidade não é construída com passes mágicos nem a Câmara Municipal de Braga é o palco de um circo.

«Estes dois documentos de prestação de contas (Relatório de Gestão e Anexos aos Documentos de Prestação de Contas) são, de facto, muito maus. O primeiro não passa de uma introdução genérica à angariação de receita e à produção de despesa [...] o segundo, que deveria ser uma explicação esclarecedora das diversas contas e acções passa completamente ao lado do assunto. Pelo que no presente ano, com estes Documentos de Prestação de Contas de 2003, é praticamente impossível saber em que medida é que as Opções de Plano de 2003 foram ou não materializadas [...]

«A maioria socialista bem pode, todos os anos, afirmar que está orgulhosa do trabalho realizado, mas a realidade tem, infelizmente, demonstrado que a qualidade de vida dos bracarense, para infelicidade de todos nós, diminui continuamente (em todos os domínios). Por tudo isto, e sobretudo pelas oportunidades perdidas ao longo de mais um ano para afirmar Braga como uma cidade e um concelho de verdadeira qualidade de vida, os vereadores signatários, eleitos pelo Partido Social-Democrata na lista da coligação Juntos por Braga, **votam contra** os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Braga referentes a 2003.»

– Fonte CPS/PSD-Braga

Ovar: autarcas locais pedem manutenção dos CTT do Furadouro



O Núcleo do PSD de Ovar receia que o posto dos Correios do Furadouro tenha os seus dias contados.

No caso do Furadouro, os CTT já iniciaram negociações no sentido de celebrar um protocolo com uma entidade privada, para lhe delegar os serviços postais a c t u a l m e n t e desempenhados pela empresa pública. Contudo, esta hipótese não

Notícias das Autarquias

colhe a aprovação da população local nem do Núcleo do PSD de Ovar. A estrutura social-democrata, pela voz de Porfírio Magalhães, defende que “estando em curso o processo de criação da Freguesia do Furadouro – e tudo leva a crer que culminará efectivamente na constituição da freguesia –, a solução mais razoável seria aguardar pela sua conclusão para, então sim, tomar uma decisão mais ponderada”.

Porfírio Magalhães sustenta que o Furadouro “é um lugar de grande afluência de pessoas no Verão, o que implica mais trabalho e a necessidade de mais recursos para os Correios nessa altura do ano” mas reconhece que nem a população local, nem o Núcleo de Ovar do PSD acreditam que uma entidade privada possa ter capacidade de resposta para esse acréscimo sazonal da actividade dos Correios no Furadouro.

Este não é, infelizmente, caso único no nosso concelho, nem tão pouco é a primeira vez que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia (PS) reagirem com apatia ao fim anunciado de um serviço tão importante.

“Já assistimos a situações parecidas, por exemplo, nos casos da Maternidade do Hospital de Ovar, da EDP e da Portugal Telecom”, lembra Porfírio Magalhães. “O que está a acontecer em Ovar é que, em vez de elevarmos a qualidade de vida das pessoas, proporcionando-lhes serviços que vão ao encontro das suas necessidades, temos vindo a assistir à perda de serviços essenciais para o bem-estar da nossa população”.

E como aquilo que nasce torto, dificilmente se endireita, o Núcleo de Ovar do PSD critica ainda o notório desinteresse dos CTT pela Estação de Correios do Furadouro, em relação à qual parece nunca ter existido realmente uma aposta séria, a julgar pelo estado precário e envelhecido das instalações.

Pelo contrário, o Núcleo de Ovar do PSD defende que o investimento na melhoria das instalações e o aproveitamento do espaço para novas funções – por exemplo, a colocação de uma caixa multibanco no interior do edifício – seriam medidas acertadas para garantir a rentabilidade da estação de Correios do Furadouro.

- Fonte: Gab. Imprensa/PSD Ovar

Guimarães: PSD vence com maioria absoluta eleições em Sande, S. Lourenço

No passado dia 4 deste mês, o PSD venceu, com maioria absoluta, as eleições intercalares na freguesia de Sande, S. Lourenço, Guimarães, tendo obtido 405 votos contra 353 da lista apoiada pelo PS.

O PSD reelegeu António Macedo, que no anterior mandato presidia à Junta, mas sem maioria.

Votaram 781 dos 1.557 eleitores inscritos, tendo-se, ainda, registado 16 votos brancos e sete nulos.

As eleições intercalares foram marcadas pelo Governo Civil de Braga na sequência da demissão em bloco dos eleitos do PS e dos membros da lista de independentes, o que provocou a queda dos órgãos autárquicos da freguesia.

- Fonte: Arquivo Lusa

Médio-Tejo: Miguel Relvas assiste à formalização da Comunidade Urbana

Dez municípios do norte do Ribatejo formalizam quinta-feira a Comunidade Urbana (ComUrb) do Médio-Tejo, que deverá ser alargada ao concelho de Vila de Rei, no distrito de Castelo Branco.

De acordo com o presidente da Associação de Municípios do Médio-Tejo (AMMT), o processo de constituição da ComUrb não está ainda fechado, estando garantida a inclusão do concelho de Vila de Rei, do distrito de Castelo Branco.

Além deste caso, António Paiva (PSD) disse esperar a adesão de outros concelhos, salientando que o Médio-Tejo “está disponível para integrar os interessados”.

Para este autarca, a criação da ComUrb do Médio-Tejo é o “passo final de um processo visto com muito rigor por todas as partes”.



Com esta formalização, extingue-se a associação de municípios existente, “deixando Ourém (que pertencia à AMMT) em condições de seguir para a ComUrb de Leiria”, disse.

O presidente da Câmara de Tomar considera que estas soluções descentralizadas são “um facto decisivo para resolver problemas supra-municipais”, como são o caso da “mobilidade inter-

urbana e da vigilância florestal ou a prevenção de incêndios”.

No que respeita à vontade das autarquias em ceder competências para a ComUrb, António Paiva considera que as Câmaras, “mais do que preparadas, estão desejosas” que isso suceda.

“Naquelas competências que as autarquias já exercem bem não faz sentido uma transferência, mas a ComUrb pode apoiar a resolução de problemas que exigem uma maior articulação”, defendeu.

Por seu turno, o secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas, confessou que se trata de uma “ocasião especial” para a região que é uma das “mais homogêneas de todas as (ComUrb) constituídas”.

Invocando o facto de ser presidente da Assembleia Municipal de Tomar, Miguel Relvas confessou que a cerimónia é um “momento emocionalmente forte” mas também um bom exemplo do trabalho realizado.

Considerando que “o Médio Tejo é uma região dinâmica”, o governante adiantou que a constituição de uma ComUrb pode “permitir uma expectativa de fusão com outras zonas”.

Nesse sentido, disse não ter “dúvidas nenhuma que vão nascer novos mecanismos de desenvolvimento para este espaço regional”.

Confrontado com algumas críticas, acusando-o de estar a promover a divisão dos distritos, como sucede em Santarém, Miguel Relvas argumentou que se tratam de “preocupações com a pequena e baixa política” que não entendem a vontade dos municípios.

Para já, a ComUrb do Médio Tejo será constituída pelos municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

Com um total de 190 mil habitantes, a sede da nova estrutura será em Tomar, os serviços técnicos ficarão em Abrantes e Constância terá o novo Centro de Informação e Formação Profissional.

À ComUrb vai caber a articulação dos investimentos municipais de interesse supra-municipal, a coordenação entre os serviços da administração central e o poder local, bem como o planeamento estratégico regional.

- Fonte: Lusa - Foto: Luís Saraiva

Leiria: ComUrb constituída com 8 Concelhos

No último dia do mês passado, foi formalmente constituída a Comunidade Urbana (ComUrb) de Leiria, reunindo oito concelhos numa estrutura supra-municipal que vai assumir o nome de Área Metropolitana de Leiria (AMLEI).

Este projecto conclui um processo de negociação entre todos os concelhos do distrito de Leiria, permanecendo na AMLEI os municípios com maiores ligações a Leiria, através da Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE), embrião da nova ComUrb ou de outro tipo de relações de proximidade.

Até ao início do ano, a adesão de Alcobaça e Nazaré esteve em aberto mas a decisão do primeiro concelho em aderir ao Oeste, gorou a transformação desta Comurb em Grande Área Metropolitana.

A AMLEI fica constituída pelos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, mas está aberta à adesão de outros concelhos vizinhos.

- Fonte: Lusa

Conferências do “25 de Abril” no Porto

Durão Barroso destacou a Liberdade o Desenvolvimento e o Progresso como valores fundamentais da Democracia



A Câmara Municipal do Porto está a promover um ciclo de conferências sobre a passagem próxima dos 30 anos do “25 de Abril”, data histórica em que as Forças Armadas, apoiadas por todo o Povo, marcaram o fim do anterior regime autoritário e iniciaram a implantação do processo democrático em Portugal

Convidado como orador para o fim-de-semana passado, o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, defrontou um painel de personalidades que o questionaram sobre aquela data histórica e as opiniões que expandidas, destacando-se entre os membros do painel o primeiro presidente eleito (no pós-25 de Abril) da Câmara do Porto, Aureliano Veloso, os deputados portuenses Alberto Martins, socialista e Honório Novo, comunista, o escritor Mário Cláudio, a cientista Maria de Sousa, o Professor Nuno Grande, e os presidentes do BPI e da CIN, Artur Santos Silva e João Serrenho.

Durão Barroso fez a história da evolução positiva de Portugal nestes trinta anos, que mudaram completamente os padrões de vida dos portugueses, com índices de desenvolvimento sócio-económico ímpares na Europa.

Apesar de alguns incidentes de percurso, o balanço gratificadamente e significativamente positivo destes anos, foi realçado pelo Primeiro-Ministro, que reafirmou, ao longo da conferência, o carácter social das políticas do seu governo, garantindo que quando o défice for equilibrado, toda a margem financeira disponível revertirá, não para mais investimento público, mas sim para diminuir os impostos que pesam sobre

os cidadãos e põe em prática novas medidas sociais, a bem dos mais desfavorecidos e dos mais necessitados.

O chefe do Governo reafirmou a sua determinação em controlar o défice, afirmando que isso será feito, mesmo sabendo-se que “vêm aí eleições e muitos seriam tentados a gastar à tripa forra para garantir clientelas”, tipo de acção com que não pactuará.

“Essa não é a minha forma de fazer política”, acrescentou, salientando, porém, que a questão do défice “não é uma obsessão, é a regra na União Europeia e a base para uma economia sã”.

Disse então que se não fosse a “orgia despesista” do anterior governo do PS a economia portuguesa “estaria agora a crescer acima dos dois por cento”.

Durão Barroso garantiu que esta afirmação não é da sua responsabilidade mas sim da própria União Europeia, nas suas análises ao comportamento de Portugal ao longo dos últimos anos.

O Primeiro-Ministro considerou que “nenhum governo fez tanto quanto este pelo combate à evasão fiscal desde o 25 de Abril”.

“Muitos falaram do cruzamento de dados, mas foram estas ministras das Finanças e da Justiça que permitiram à PJ ver em tempo real, dados das Finanças e Segurança Social”, disse.

Necessidade de Portugal investir mais nas relações empresariais com Espanha

Na mesma altura Durão Barroso fez uma entusiástica defesa da necessidade

de Portugal investir mais nas relações empresariais com Espanha, criticando a “gente iluminada que pensa que pode ter um mercado” sem tomar em conta o peso do espanhol.

“Hão-de me explicar como”, desafiou, considerando que o facto de o mercado do país vizinho ser muito maior que o português “é muito bom para Portugal”.

E salientou o papel que a subida das exportações portuguesas para Espanha no último ano (mais de 13 por cento) teve para ajudar a aguentar a crise económica interna.

“Temos é de lá ir. De avião, de comboio, se for preciso a pé, mas temos de lá ir”, frisou, dizendo que o conselho criado na última Cimeira Ibérica, em Valência, para recolher queixas dos empresários dos dois países foi muito mais solicitado pelos espanhóis do que pelos portugueses. “Dos empresários portugueses chegaram apenas críticas irrelevantes, e os casos concretos apontados foram de imediato resolvidos”, acrescentou.

Já na ocasião do diálogo com o painel de comentadores, e sobre uma pergunta a respeito do Iraque e da posição de Espanha, o Primeiro-Ministro teve ocasião de afirmar a sua convicção de que tal não trouxe qualquer segurança ao país vizinho, talvez antes pelo contrário, pois “...não se compra segurança com posições dúbias”.

“O novo Governo espanhol anunciou que ia retirar as tropas do Iraque mas imediatamente disse que ia

aumentar a presença no Afeganistão. Sentiu necessidade de o dizer, reparem nisso. E imediatamente a Al Qaeda reforçou as ameaças contra Espanha. Neste momento a situação naquele país não é de forma alguma mais segura do que em Portugal, bem pelo contrário”.

Afirmou ainda que “O caminho das áreas cinzentas da neutralidade não consegue mais segurança do que isto”, referiu, para reafirmar a continuidade, dentro do mandato da ONU, da GNR no Iraque. “Qual é a alternativa? Se todos saíssem, seria uma irresponsabilidade sem nome, seria dizer aos terroristas que eles venceram. Desertar seria uma boa notícia para eles”, disse, recordando que “quando Hitler escreveu o “Mein Kampf”, muitos acharam que não valia a pena ligar às ameaças. Agora também há quem pense assim”, acrescentou.

A conferência viveu um momento mais intimista quando Durão Barroso explicou as várias hipóteses que podem levar um primeiro-ministro a mostrar-se por vezes “duro” face à realidade: defesa, timidez ou mesmo alguma indiferença, “como a que ganha um médico legista de tanto autopsiar cadáveres”.

E citou novamente Alexandre O’Neil - o mesmo poeta que a sua mulher, Margarida Sousa Uva, leu ainda em campanha eleitoral - em resposta a um outro poema (desta feita de Pablo Neruda) lido pela investigadora Maria de Sousa.

– Fonte e Fotos: Lusa



«Força Portugal»

Assinado o Acordo de Coligação para as Eleições Europeias pelos partidos que apoiam o Governo

Na passada quarta-feira, dia 14, na mesma sala do Hotel Tivoli, em Lisboa, onde foi assinado o acordo da primeira AD, em 1979, e onde Durão Barroso e Paulo Portas assinaram o acordo de convergência, em 2002, foi assinado pelo PSD e pelo CDS, o acordo de coligação para as eleições europeias que se aproximam.

Na cerimónia, em que assinaram, pelo PSD, o vice-presidente Pedro Santana Lopes e o Secretário Geral, José Luís Arnaut e pelo CDS, Luís Nobre Guedes e Pedro Mota Soares, houve ocasião, após as assinaturas, da expressão de apelos aos independentes, que não se revêm no actual PS para que se juntem a esta coligação.

“Uma coligação que é, acima de tudo, tolerante, aberta e plural”, definiu Luís Nobre Guedes, membro da direcção do CDS/PP, para quem “tal como a aliança liderada por Sá Carneiro, também esta aliança liderada por Durão Barroso é o projecto de uma certa geração...”.

Pedro Santana Lopes, definiu-a como uma “coligação de homens e mulheres livres, que pretende abarcar todo o espaço desde o centro-esquerda até à direita”.

Nobre Guedes, que falou logo depois de Santana ler o texto do acordo, salientou que esta coligação está aberta a reformadores, reformistas, liberais, independentes, conservadores e a “todos quantos não são sociais-democratas e não são democratas-cristãos, mas não se revêm no PS”.

“Aqui as diferenças são bem vindas”, reforçou, assumindo que “estas coligações são difíceis” e que é preciso ter em conta que há “um valioso património comum com o PS” em matéria europeia, apesar das “derivadas populistas” que este partido tem tido.

O dirigente do CDS fez questão de enfatizar o papel do Primeiro-Ministro nesta coligação. Disse que há dois elementos fundamentais para a boa convivência: que se aceite a liderança e que haja confiança. Mais à



frente ainda falaria no “mérito de quem lidera inequivocamente a coligação”, referindo-se ao primeiro-ministro.

Os dois dirigentes desdramatizaram a existência de ideias diferentes em matéria europeia entre os membros desta coligação e Pedro Santana Lopes resumiu a diferença entre a coligação e o PS como “a diferença entre quem age e quem hesita” e aproveitou a ocasião para responder às críticas de Ferro Rodrigues sobre a escolha do nome da coligação, “Força Portugal”.

“Temos assistido a reacções enervadas do líder do PS. Já ouvimos dizer que este “slogan” era uma ligação a Silvio Berlusconi, agora acusamos de usar linguagem futebolística”, afirmou o vice-presidente do PSD.

“Quem trouxe a linguagem futebolística para esta campanha foi o PS”, disse Santana Lopes, “quando pediram um “cartão amarelo” para o Governo”.

“Se o slogan é assim tão mau, não estejam tão enervados e preocupados”, ironizou o autarca lisboeta. – **Fonte: Lusa. Fotos: Luís Saraiva**

O texto integral do acordo de coligação

As próximas eleições para o Parlamento Europeu realizam-se num momento especial da história do processo de construção europeia. Para o comprovar, basta atentar em três pontos:

- O facto de terem lugar já após a entrada de dez novos Estados, naquilo que irá constituir o maior alargamento da sua história;
- a Europa se encontrar presentemente envolvida num esforço sem precedentes de reforma, com a previsível adopção, num futuro próximo, de um Tratado Constitucional Europeu;
- os novos riscos suscitados pelo fenómeno do terrorismo, que visa pôr em causa os valores fundamentais em que assenta a nossa civilização, e que exige a mobilização da Europa na luta determinada contra uma ameaça que é global e de que nenhum País ou região se pode considerar liberto.

Estes e outros desenvolvimentos no quadro europeu trarão novas oportunidades mas envolverão também diferentes desafios e maiores



«Força Portugal» (Continuação)

«Coligação de Homens e Mulheres livres que vai do Centro-Esquerda à Direita» - afirmou Pedro Santana Lopes



exigências. É por isso indispensável que Portugal esteja firmemente ancorado na primeira linha da construção europeia e que seja cada vez mais olhado como um País empenhado na procura de soluções inovadoras, credível no cumprimento dos seus compromissos, estável na realização de um projecto político coerente e de futuro.

Essa é, de resto, a linha de rumo que tem vindo a ser seguida pelo actual Governo e que teve tradução prática num esforço consolidado de rigor e disciplina nas contas públicas. Um esforço de todos os portugueses que possibilitou as condições para o levantamento do processo do défice excessivo instaurado contra o nosso País que permitiu salvaguardar os fundos estruturais em risco e que está a criar a dinâmica indispensável ao relançamento da economia portuguesa.

Há dois anos atrás, na sequência das eleições de 17 de Março, o PSD e o CDS/PP celebraram um Acordo-Quadro de Colaboração intitulado “Convergência Democrática para um Governo de Legislatura”, no qual foi assumido como objectivo central a realização de um desígnio: “fazer de Portugal um país mais moderno e mais justo, capaz de atingir e manter, de forma sustentada, níveis de desenvolvimento compatíveis com os da União Europeia”.

Ora, o futuro de Portugal joga-se hoje, de forma determinante, no quadro da União Europeia, que há muito deixou de constituir uma mera

opção de política externa para se assumir como verdadeiro projecto nacional. Daí que, na sequência lógica do processo de reforma e de modernização do País que os dois partidos vêm consistentemente protagonizando, a colaboração entre o PSD e o CDS/PP se deva igualmente estender às próximas eleições europeias. Recorde-se, aliás, que o número 1.3 do ponto IV do Acordo instituidor da Convergência Democrática apontava justamente para a “troca de informações e a consulta mútua no que respeita a outros actos eleitorais que venham a ocorrer na vigência do presente Acordo”.

Assim, plenamente convictos de que a actuação concertada no contexto das próximas eleições para o Parlamento Europeu constituirá a melhor solução para reforçar a posição de Portugal na União Europeia e para fortalecer o projecto político da Convergência Democrática, o PSD e o CDS/PP subscrevem o seguinte Acordo Político:

I

O PSD e o CDS/PP apresentar-se-ão às eleições para o Parlamento Europeu em lista conjunta, numa coligação com a denominação “Força Portugal”.



«Força Portugal!» (Conclusão)

Afixados os primeiros cartazes da Pré-Campanha da Coligação pelos presidentes das «Juventudes»

II

A coligação “Força Portugal” assentará num conjunto de LINHAS PROGRAMÁTICAS, a divulgar em momento oportuno, e que constarão de documento separado.

III

A composição da lista conjunta obedecerá, no que respeita à proporção e ordenação nas listas dos candidatos de cada um dos Partidos, ao critério da transposição dos resultados obtidos nas eleições para o Parlamento Europeu de 1999.

IV

Por forma a respeitar a identidade de cada um dos Partidos subscritores e a ampliar a capacidade de influência do nosso País no Parlamento Europeu, os deputados europeus de um e de outro Partido, eleitos pela coligação, integrar-se-ão nas respectivas famílias políticas com representação naquele Parlamento.

V

Sem prejuízo do disposto no ponto anterior, o PSD e o CDS/PP afirmam o princípio da colaboração activa, no quadro do Parlamento Europeu, em tudo o que respeite à realização das LINHAS PROGRAMÁTICAS da Coligação “Força Portugal” e, em geral, em todas as questões que tenham que ver com a defesa e realização do interesse nacional português.

P^o PSD

Pedro Santana Lopes

José Luís Arnaut

P^o CDS/PP

Luís Nobre Guedes

Pedro Mota Soares

PSD/PP afixaram primeiros cartazes da pré-campanha

A coligação «Força Portugal!» afixou hoje os primeiros dois cartazes relativos às europeias de 13 de Junho, uma iniciativa destinada a marcar o arranque da pré-campanha.

Um dia depois de terem formalizado publicamente a coligação para as europeias, sob o lema “Força Portugal”, os líderes das juventudes partidárias dos dois partidos, Jorge Nuno Sá (JSD) e João Almeida (JP), colaram os dois primeiros cartazes, um dos quais acusa implicitamente o PS de ter colocado Portugal “no vermelho”.

“Quem fala em amarelo foi quem pôs Portugal no vermelho” e “Quem evitou que Portugal visse o cartão amarelo na Europa?” são as duas frases que se podem ler nos cartazes afixados na 24 de Julho e Pedrouços, em Lisboa, e que nos próximos dias serão espalhados por todo o país.

“Quando falamos em cartão vermelho queremos lembrar que se Portugal saiu da lista dos incumpridores da Europa foi devido à acção e mérito deste Governo”, declarou à Agência Lusa Jorge Nuno Sá, referindo-se ao cumprimento do défice orçamental definido por Bruxelas no Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Para o líder da JSD, os cartazes que marcam o arranque da pré-campanha para as eleições para o Parlamento Europeu permitem “lembrar às pessoas que há coisas que não podem ser esquecidas”.

“É o caso do despesismo e descontrolo das contas dos públicas dos governos de que Sousa Franco foi ministro”, acrescentou o presidente da Juventude Social-Democrata, referindo-se à acção do actual cabeça-de-lista do PS para o Parlamento Europeu, quando exerceu as funções de ministro das Finanças no primeiro Governo de António Guterres.

Falando à Lusa, Jorge Nuno Sá adiantou que esta iniciativa marca o arranque da pré-campanha para as eleições europeias, lembrando ainda que “foi a primeira vez que aparece” o slogan da coligação PSD/CDS-PP.

– Fonte: Lusa. Fotos: Luís Saraiva





Ministério da Economia

Carlos Tavares na cerimónia de posse de novos dirigentes do Ministério com o Primeiro-Ministro e Graça Carvalho



No dia 14 de manhã, nas instalações do INETI, o Ministro da Economia deu posse aos novos dirigentes do seu Ministério, na presença do Primeiro-Ministro, Durão Barroso e da Ministra da Ciência, Graça Carvalho.

Foram empossados, entre outros, Cristina Siza Vieira, Directora Geral do Turismo, Rui Feijó, Director do Gabinete de Estudos e Estratégia e Manuel Cordeiro Pereira, Director Geral do Gabinete de Gestão.

Na cerimónia, falou o Ministro Carlos Tavares, que, dirigindo-se aos presentes, disse: «Esta cerimónia, mais do que um simples acto formal de posse, assinala o início de um novo capítulo na vida do Ministério da Economia. Um capítulo que coincide também com uma nova fase da economia portuguesa.

E foi em nome da economia e das empresas que fizemos esta grande reforma no domínio da Administração Pública.

«Uma nova política exigia uma organização diferente, instituições modernas e mais ágeis, voltadas para as necessidades das empresas. Porque não basta ter as políticas certas. É preciso ter a organização institucional e as pessoas certas para as aplicar.

«Por isso, nos últimos meses implantámos uma nova estrutura, definimos com rigor as competências de cada organismo, seguindo os mais modernos princípios da Administração Pública, e escolhemos as melhores pessoas para desempenharem uma missão.

«O Ministério que vão encontrar, ou que

alguns já conhecem, é bem diferente do que existia antes desta reorganização. Houve mudanças tão profundas, por vezes tão óbvias que hoje quase não concebíamos um Ministério das Empresas que não tivesse estes contornos.

«A reestruturação teve consequências quantitativas. Foram libertadas cerca de duas dezenas de edifícios em todo o País; o número de dirigentes desceu de cerca de 360 para 230; o número de interlocutores das empresas reduziu-se drasticamente. Ganham as empresas, ganham os contribuintes.

«Estes são os efeitos mais imediatos – consumindo menos recursos aos contribuintes, conseguimos assegurar melhores serviços e, nalguns casos, novas funções. É um resultado, só por si, importante, mas não é o principal.

«Em primeiro lugar, reformámos as instituições. Extinguimos organismos que não tinham verdadeira razão de ser ou que não asseguravam os objectivos para que tinham sido criados.

«E criámos instituições que a todos, hoje, surgem tão importantes quanto imprescindíveis

– A Agência Portuguesa para o Investimento e a Autoridade da Concorrência.

«O País, as empresas, os cidadãos reconhecem o seu valor. Hoje, parece que sempre existiram, mas têm de facto uma vida recente. São, verdadeiramente, dois motivos de orgulho pelo trabalho profissional que vêm desempenhando, em benefício do País,

«Rejuvenescemos também instituições que

são indispensáveis, em várias áreas, mas que acumulavam práticas de hábitos de vários anos. A reestruturação do IAPMEI e do ICEP produz resultados a cada mês que passa – nos tempos de análise e de decisão, na agilidade de procedimentos, na resposta às empresas. Poupámos recursos – o ICEP e o IAPMEI funcionam em conjunto, com um back-office comum e uma administração maioritariamente coincidente.

«Este princípio, o da eficiência e eficácia na gestão de recursos, foi seguido em todos os organismos. A concentração de serviços comuns é apenas um exemplo de racionalidade que é seguido nas empresas e que deve ser adoptado pela Administração Pública. Não será a face mais visível deste processo, mas é certamente uma das mais úteis.

«A Secretaria-Geral do Ministério passou a concentrar as funções de gestão financeira, recursos humanos, aprovisionamento e assessoria jurídica. Esta ideia de que o Estado deve ser racional na gestão dos recursos e que as mesmas tarefas podem ser feitas poupando tempo e dinheiro foi aplicada, com sucesso, neste como noutros organismos.

«Seguimos também o princípio da segregação de funções. O planeamento, controlo e auditoria, por exemplo, foram atribuídos ao Gabinete de Gestão (GAGEST). Neste âmbito, foi criado, pela primeira vez um gabinete de auditoria interna que fiscaliza a qualidade do serviço prestado pelos organismos do Ministério. Foram estabelecidas metas de qualidade que são permanentemente avaliadas. É uma forma elementar de defesa dos direitos dos que recorrem aos serviços do Ministério e também uma garantia de que cada organismo vai procurar, cada vez mais, servir melhor as empresas.

«Para além da reforma das instituições, houve assim também uma reforma nas práticas da Administração Pública. A existência, pela primeira vez, de um livro de reclamações electrónico, sobre qualquer organismo do Ministério ou qualquer serviço prestado é outro exemplo da nova forma de encarar a nossa missão. Todas as reclamações são respondidas no prazo máximo de 15 dias e sobre todas elas são pedidas explicações e acompanhado o processo até ao seu esclarecimento final.

«Esta nova cultura é porventura o melhor contributo para a imagem da própria Administração Pública – a cultura de que as empresas e os cidadãos devem ser tratados como clientes pelos organismos públicos, com o que há de positivo nesse conceito.

«E gostaria de chamar a atenção para uma mudança que considero essencial neste processo – o da completa segregação de funções entre os

Ministério da Economia (Conclusão)

«Foi em nome da Economia e das Empresas que fizemos esta grande reforma no domínio da Administração Pública»

diferentes organismos do Ministério.

«Não é já concebível que instituições acumulem funções que possam gerar conflitos de interesse ou que afectem a imparcialidade que se exige à Administração.

«Por isso, e em nome das garantias dos cidadãos, seguimos um modelo que se divide em 5 áreas nucleares:

- A regulação independente, assegurada pelos reguladores sectoriais como a ANACOM e a ERSE, e pela Autoridade da Concorrência, de forma transversal a todos os sectores de actividade.

- A função de dinamização empresarial, entregue à API, ao IAPMEI, ao ICEP e ao Instituto de Turismo de Portugal, com uma clara representação das empresas clientes.

- A terceira área é a da regulamentação e licenciamento, funções atribuídas às Direcções-Gerais da Empresa, da Geologia e Energia e do Turismo e às Direcções Regionais.

- Muito importante – a da clareza da actuação dos serviços de inspecção e fiscalização, que competem à IGAE e à Inspecção-Geral de Jogos. Em todos estes casos foi traçada, sem ambiguidades, uma fronteira entre quem regula e quem faz a regulação; entre quem autoriza e quem fiscaliza; entre quem gere os recursos financeiros e quem controla; entre quem propõe políticas e quem as aplica junto das empresas.

- Por fim, a área da Inovação e Qualidade, na qual se incluem o INPI, o IPQ, o INETI e os Centros Tecnológicos.

«Esta é hoje uma área crucial para a competitividade e a modernização da economia portuguesa.

«O seu grande desafio é o do casamento da investigação científica e tecnológica com as necessidades das empresas. Em particular, a casa em que estamos, o INETI, representa uma das grandes transformações desta reestruturação e tem pela frente uma missão fundamental no domínio da inovação.

«Ao concentrar toda a actividade da investigação aplicada do âmbito do Ministério da Economia, mas com a tutela conjunta da Senhora Ministra da Ciência e do Ensino Superior, o novo INETI tem como desígnio estabelecer pontes sólidas com as empresas que devem ser o único destinatário da sua actividade.

«A presença, pela primeira vez, de representantes da comunidade empresarial no seu Conselho Directivo é o sinal mais claro desta



vontade de o tornar um instrumento verdadeiramente ao serviço das empresas.

«Este novo modelo permite-nos também uma outra vantagem – a da cobertura regional da representação do Ministério da Economia. Em primeiro lugar com as Direcções-Regionais, que são a primeira face visível do Ministério junto das regiões e que funcionam como interlocutores únicos em matéria de licenciamento e serviços às empresas. Em segundo lugar, com a rede de dinamização empresarial do IAPMEI/ICEP constituída por um conjunto de “áreas-cliente” de competência reforçada, numa lógica de relacionamento personalizado.

«Assim se elimina a multiplicidade de interlocutores e se aproximam os serviços dos seus destinatários finais, que são sobretudo as Pequenas e Médias Empresas.

«Esta reestruturação não se fez de um dia para o outro. E por isso, os seus efeitos começaram a sentir-se ao longo dos últimos meses – nos prazos de resposta às empresas, na simplificação de procedimentos, na poupança de tempo e de esforços pela criação de interlocutores únicos, mas também na opinião das empresas.

«Um inquérito feito, já este ano, pela CIP aos seus associados sobre os contactos que mantiveram ao longo do último ano com as entidades do Ministério da Economia reflecte a melhoria na percepção que as empresas têm de várias instituições.

«Estou muito confiante nas vantagens desta reforma. Não estamos a mudar apenas as instituições, mas também os comportamentos e as práticas. Privilegiámos claramente o uso das novas tecnologias em todos os casos que o justifiquem.

«Hoje a maioria das candidaturas ao PRIME, por exemplo, é apresentada via electrónica. 54%

das candidaturas ao PRIME são apresentadas através da Internet, sem necessidade de deslocações ou preenchimento de papéis.

«Já é possível criar uma empresa em Portugal, nos Centros de Formalidades de Empresas, sem preenchimento de papéis. Qualquer empresário pode acompanhar o seu próprio processo de licenciamento em curso, onde quer que esteja, através da Internet.

«Qualquer investidor, em qualquer parte do mundo, pode conhecer toda a legislação e todos os passos para o investimento em Portugal através do Guia do Investidor, com actualização permanente nos sites do Ministério da Economia e da API. Só em

Fevereiro este Guia teve mais de 5300 consultas, o que mostra bem o interesse quer no instrumento, quer no investimento em Portugal.

«Senhor Primeiro-Ministro e Senhores dirigentes, este é um modelo inovador e certamente precursor na Administração Pública. Não é uma simples reestruturação, é uma profunda mudança na forma de trabalhar e de servir as empresas

«Ao longo da sua aplicação, já se provou que estamos no caminho certo e que, gradualmente, a eficiência e a eficácia dos serviços estão a aumentar. Mas nenhum modelo, por mais perfeito que seja, será bom se não tiver as pessoas adequadas para o aplicar. Por isso renovámos a equipa dirigente com pessoas qualificadas, com espírito de missão e vontade de servir bem as empresas.

«Têm levado a cabo com grande determinação este difícil projecto em que foi preciso mudar profundamente a organização e os processos e ao mesmo tempo prestar melhores serviços. Estou muito grato a todos aqueles que aceitaram este desafio, muitas vezes com sacrifício de outras carreiras materialmente mais aliciantes. Poderão também contar com o meu apoio e dos meus Secretários de Estado para que a vossa missão seja um êxito.

«Mas este projecto não se faz também só com os dirigentes. Por isso, quero deixar uma palavra final de apreço e gratidão a todos os colaboradores do Ministério da Economia que souberam compreender a mudança, que se empenham nela, no dia-a-dia, em condições muitas vezes difíceis, e que o têm feito com tranquilidade e profissionalismo. Sem nunca esquecer que é do seu trabalho e da sua dedicação que vai depender certamente o sucesso desta reforma, mas mais importante ainda, o sucesso de uma política económica ao serviço das empresas e de Portugal.



DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir em Sessão Plenária, dia 27 de Abril de 2004, terça-feira, pelas 21h30, no Auditório da Fundação Dr. Cupertino de Miranda, sita na Avenida da Boavista, 4245, Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Informação;
- 2- XXV Congresso Nacional do PSD;
- 3- Análise da situação política, com a intervenção do Secretário de Estado da Juventude e Desportos, Dr. Hermínio Loureiro.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo do artigo 39º dos Estatutos Nacionais, convoca-se o Companheiro para a realizar no dia 8 de Maio de 2004 (sábado), pelas 21h00, no Auditório do Centro de Formação Empresarial do NERCAB em Castelo Branco, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e votação de Moção a apresentar ao XXV Congresso do PSD.

Nota:

Está previsto realizar-se um jantar pelas 20h00, preço por pessoa 12 euros e 50 cêntimos.

A inscrição terá que ser feita impreterivelmente até ao dia 6 de Maio de 2004, para a sede do Partido telefone: 272 342 273.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção do PSD Cascais, para o próximo dia 12 de Maio, quarta-feira, pelas 21h30, no Hotel Praia Mar, em Carcavelos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Política;
- 3- Análise e discussão das Moções ao XXV Congresso.



F de LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Secção F de Lisboa

Occidental, para reunir no dia 28 de Maio de 2004, pelas 19h00, na Sede da Secção F, sita na Rua da Aliança Operária n.º 66 – A, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa de Plenário de Secção;
- 2- Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas devem ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até três dias antes do acto eleitoral, na Sede da Secção.

As urnas estarão abertas por um período de duas horas.

MARCO de CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Marco de Canaveses, para reunir no próximo dia 29 de Maio de 2004, (Sábado), pelas 16h00, na Sede Concelhia do PSD de Marco de Canaveses, sita ao Largo Sacadura Cabral n.º 26, 2.º D, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário da Secção da JSD de Marco de Canaveses;
- 2- Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Marco de Canaveses.

Notas:

As listas deverão ser entregues na Sede concelhia até às 24h00 do dia 26 de Maio de 2004 ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem o substitua.

As urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 22h00.

NÚCLEO da QUINTA do CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo da JSD da Quinta do Conde, para reunir no próximo dia 22 de Maio de 2004 (Sábado), pelas 15 horas na Sede da JSD/Quinta do Conde, localizada na Rua António José de Almeida, Lote 1079, Quinta do Conde, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo;
- 3- Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Notas:

As listas candidatas deverão ser devidamente acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, ser constituídas e apresentar respectivas subscrições nos termos estatutários.

As listas devem ser entregues, em duplicado,

ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até três dias antes do acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 15h30 às 18h00.

ALGÉS/CARNAXIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção de Algés/Carnaxide, para reunir no próximo dia 30 de Abril de 2004, em sessão ordinária, pelas 21H00, na sede secção, sita na Av. Carolina Michaelis 37 loja, em Linda-a-Velha.

A ordem de trabalhos comportará os seguintes pontos:

- 1- Informações
- 2- Apresentação e discussão dos novos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos; com a presença da Exma Sra Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional, Filipa Guadalupe;
- 3- Plano de Actividades e Relatório de Contas da CPS da JSD Algés/Carnaxide;

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos, convoca-se todos os militantes da JSD de Lousada para um Plenário de Secção, a realizar no próximo dia 22 de Maio, pelas 14H00, na sede do PSD, em Lousada, sita na Travessa de Sebastião- Silvares- Lousada, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Eleição dos órgão concelhios:
 - 1.1. Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
 - 1.2. Eleição da Comissão Política de Secção;

Nota:

As listas devem ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até três dias antes do acto eleitoral, na Sede da Secção.

O acto eleitoral decorrerá até às 22H00.



ERRATA

Por lapso dos Serviços dos TSD, na edição n.º 1362 de 14 de Abril de 2004, onde se lê Beja deverá ler-se o cabeçalho da respectiva convocatória. E nas convocatórias de Aveiro e Castelo Branco, em vez das eleições encerrarem às 22H, encerram às 20H.



Regina Bastos defende igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência

A Deputada do PSD Regina Bastos afirmou hoje, em Estrasburgo, que “o combate contra as discriminações de que são vítimas as pessoas com deficiência tem vindo a ser cada vez mais reforçado a nível europeu e nacional e que a adopção do Plano Europeu para as pessoas com deficiência foi um passo essencial nesta matéria”.

Para Regina Bastos, “contudo, a igualdade de tratamento e de oportunidades não lhes é ainda garantida em todos os aspectos da vida”.

A Deputada social democrata defendeu que “os resultados obtidos devem ser consolidados mediante iniciativas políticas e legislativas adequadas. Assim, o Plano Europeu deveria conter uma Directiva contra a discriminação coma base na deficiência, directiva essa que deveria ser aplicável em todas as políticas da competência da União Europeia. Por outro lado, os Estados-Membros devem transpor toda a legislação aplicável sobre esta matéria e desenvolver o intercâmbio de boas práticas”.

Regina Bastos defendeu ainda que deve “ser melhorado o acesso às tecnologias de informação e às áreas públicas edificadas, assim como aos serviços de qualidade que favoreçam a independência das pessoas com deficiência”, e salientou a importância “de melhorar a situação de cerca de 50 milhões de cidadãos da União Europeia alargada que se encontram nesta situação”.

Regina Bastos defende apoio a organizações que promovem a igualdade dos géneros

Regina Bastos, Deputada do PSD no Parlamento Europeu, defendeu, em Estrasburgo, que “a igualdade entre homens e mulheres constitui uma missão essencial da União Europeia e que esta tem a obrigação de promover activamente em todas as suas acções”.

Neste sentido, Regina Bastos apoiou “a aprovação de um programa de acção comunitário que visa promover as organizações activas ao nível europeu no domínio da igualdade entre mulheres e homens.

Este programa para o período de 2004-2005, num montante total de 2,2 milhões euros, apoiará financeiramente estas organizações através de uma subvenção de funcionamento.

As actividades das organizações a apoiar por este programa, permitirão nomeadamente, realizar acções de sensibilização e divulgação de informações, acções de promoção da conciliação da vida profissional e familiar, a participação das mulheres nos processos decisórios, combate à violência contra as mulheres, aos estereótipos de género e discriminação no local de trabalho e, finalmente, medidas de incentivo à cooperação com organizações de mulheres em países terceiros e de sensibilização para a situação da mulher à escala mundial.

Votei favoravelmente esta recomendação que resulta de um compromisso entre o Conselho e o Parlamento Europeu, sobre a introdução a título excepcional de cláusulas transitórias relativas ao período de elegibilidade das despesas deste programa”.

Regina Bastos defende igualdade no acesso a bens e serviços

A Deputada do PSD Regina Bastos afirmou no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, que “há muito tempo que se esperava a adopção de uma Directiva relativa à promoção da igualdade entre os sexos em outros domínios para além do emprego e que a discriminação em razão do sexo é notória no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, tanto no sector público como no privado”.

Apoiando uma proposta de Directiva do Conselho relativa à igualdade de tratamento entre homens e mulheres no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, Regina Bastos salientou que “esta proposta de Directiva tem por base o artigo 13º do Tratado da União Europeia, que estabelece que a Comunidade pode tomar medidas para combater a discriminação nomeadamente, em razão do sexo”.

Sublinhando que “a proposta de Directiva prevê a proibição da consideração do sexo para efeitos de cálculo dos prémios, prestações de seguros e serviços financeiros conexos”, Regina Bastos recordou que “no sector dos seguros, o factor ‘género’ é utilizado arbitrariamente para o cálculo do risco, simplesmente por ser um método fácil e barato. Existe uma discriminação que deve acabar: as mulheres não podem descontar mais por terem uma maior esperança de vida e muito menos pela gravidez e maternidade”.

Regina Bastos defendeu que “o sector segurador deve adaptar os sistemas de cálculos de prémios ao princípio da igualdade de tratamento e as contribuições devem assentar em critérios estritamente objectivos”.

Regina Bastos apoia directiva para reforçar segurança no trabalho

A Deputada do PSD Regina Bastos apoiou, em Estrasburgo, a adopção duma Directiva sobre prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes à exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (campos electromagnéticos), que visa “elevar os padrões de segurança e saúde estabelecendo valores-limite de exposição aos campos electromagnéticos e facilitando o cumprimento das obrigações das entidades empregadoras”.

Regina Bastos considera que, “apesar da introdução, na posição Comum do Conselho, das alterações aprovadas pelo Parlamento Europeu em primeira leitura, é ainda necessário reforçar alguns aspectos:

Devem estabelecer-se medidas preventivas para reduzir os riscos. Os empregadores devem determinar e avaliar esses riscos e comunicá-los aos trabalhadores. Paralelamente, a participação, a consulta e a formação dos trabalhadores devem ser fomentadas.

Em caso de exposição acima dos valores-limite, deve garantir-se aos trabalhadores um exame médico e também o acesso aos seus registos de saúde. Constatado qualquer prejuízo para a saúde dos trabalhadores resultante dessa exposição, o empregador deve proceder a uma reavaliação dos riscos.

A presente Directiva deverá prever sanções dissuasivas a aplicar pelos Estados-Membros em caso de violação da legislação nacional”.

Regina Bastos recordou que “anualmente na União Europeia cerca de 5 milhões de pessoas são vítimas de acidentes de trabalho que motivam ausências superiores a 3 dias, totalizando 146 milhões de dias de trabalho perdidos. Algumas consequências desses acidentes são permanentes e afectam a capacidade de trabalho das vítimas e a sua vida extra-laboral. As consequências são tão pesadas, para a família e para as empresas, que mais vale apostar na segurança.

Para fazermos da Europa um lugar melhor para trabalhar, acrescentou a Deputada social-democrata, devemos acelerar a adopção desta Directiva”.

Carlos Coelho apresenta Relatório no PE

Utilizar o Sistema de Informações de Schengen para combater o tráfico de veículos roubados

O Deputado do PSD Carlos Coelho, na apresentação do seu relatório, no Plenário do Parlamento Europeu, sobre o acesso ao Sistema de Informação Schengen por parte dos serviços dos Estados Membros competentes para a emissão dos certificados de matrícula dos veículos, afirmou que é necessário “lutar com mais eficácia contra a fraude e o comércio ilegal de veículos roubados. É esse o objectivo desta proposta, acrescentou”.

Lembrando que “o furto de automóveis ascende anualmente, nos Estados Membros da União, a cerca de 1,2 milhões de veículos, o que implica prejuízos consideráveis que se elevam, anualmente, no mínimo a 15.000 milhões de euros”, Carlos Coelho considerou “fundamental lutar contra esta forma de criminalidade que causa não só prejuízos ao nível material mas também físicos e psicológicos, quando se faz acompanhar de diversas formas de violência, e que releva ao nível do sentido de justiça e de sentimento de segurança dos cidadãos. Em cada dia são roubados mais de 3.300 veículos o que significa sensivelmente um roubo a cada 25 segundos”. Utilizando a ironia o Deputado afirmou que desde o início desta sua intervenção “já foram provavelmente furtados 2 veículos (espero que nenhum pertença dos colegas presentes)”.

Para Carlos Coelho, “pretende-se, assim, que, através de uma alteração à Convenção de Schengen, as autoridades públicas de registo de automóveis tenham um acesso directo a determinadas categorias de dados que figuram no SIS (o Sistema de Informação de Schengen) enquanto que os serviços privados de registo de automóveis deverão ter apenas o direito de requerer um acesso, mas de forma indirecta, por intermédio de uma autoridade com acesso ao SIS.

Pretende-se, desta maneira, contribuir para que o SIS seja um instrumento ainda mais importante no âmbito da luta contra a criminalidade, na medida em que essas autoridades passam a controlar, de forma rápida e eficaz, se o veículo cuja matrícula lhes é solicitada foi roubado, desviado ou extraviado. Melhora-se, assim, o funcionamento do mercado interno, reforçando o princípio da livre circulação e consequentemente favorecendo a criação progressiva do espaço de liberdade, de segurança e de justiça, bem como a realização da política comum de transportes.

Porquê um acesso directo?

De modo a poder evitar-se, em tempo útil, que os veículos roubados num país, sejam registados noutra e por conseguinte que sejam legalizados (calcula-se que 30% a 40% desses veículos sejam furtados por organizações criminosas que os transformam e exportam para outros países dentro e fora da UE e em grande número a operação é realizável em menos de 48 horas).

Existem, assim, 2 argumentos essenciais:

- eficiência: estão registados vários milhões de veículos na UE. Seria um trabalho enorme para a polícia controlar sistematicamente no SIS todos esses veículos (são apresentados cerca de 15 milhões de veículos, por ano, para serem registados, dos quais cerca de 6 a 7 milhões são apresentados tendo em vista um segundo registo). Assim, o acesso directo permite que exista uma forma mais fácil e mais rápida de controlar o estatuto legal de um veículo, o que se traduz em eficiência.



- transparência: actualmente, todos os Estados Membros encontraram formas de tentar controlar, no momento de registo da matrícula do veículo, se este foi roubado, com mais ou menos fiabilidade na informação. Todas essas formas, porém, são relativamente opacas e complicadas. Incluir um artigo na Convenção de Schengen tornaria tudo mais transparente do que o é na situação actual.

Que tipo de dados?

Só poderão ter acesso a dados relativos aos veículos a motor com cilindrada superior a 50 cc, dados relativos a reboques e caravanas cujo peso em vazio seja superior a 750 kg, proponho acrescentar o acesso a dados que de momento ainda não estão inseridos no SIS, e que são os títulos de registo de propriedade de veículos e as chapas de matrícula de veículos roubados, desviados ou extraviados, pois só com estes dados inseridos no SIS é que será possível atingir realmente os

objectivos desejados. As iniciativas espanholas sobre as novas funções do SIS, em particular na luta contra o terrorismo, que aqui aprovámos, já tinham previsto a introdução destes dados no SIS, mas devido a uma reserva da Dinamarca ainda não foram aprovadas, mas espera-se que isso venha a acontecer muito proximamente.

Por outro lado, proponho que seja suprimida a proposta de acesso aos dados relativos a documentos de identidade, aliás, como aconselha o parecer da JSA (Autoridade Comum de Controlo), e os dados relativos a documentos oficiais em branco, que é aliás um conceito demasiado vasto e indefinido. Deste modo, o conjunto de dados a que as autoridades públicas competentes para a matrícula dos veículos terão acesso fica claramente definido e limitado ao que é necessário e apropriado, sendo retirado qualquer acesso a qualquer dado que pudesse ser considerado como mais sensível, limitando o acesso apenas a dados sobre objectos - os veículos”.

Carlos Coelho pediu o apoio do PE “para esta iniciativa e simultaneamente, peço que rejeitem a alteração proposta pela relatora-sombra do grupo socialista, a Srª Paciotti, que defende que se mantenha a situação actual, de acesso indirecto. Se essa proposta passar tudo vai continuar como dantes e não teremos qualquer melhoria no combate a estes crimes. Julgo que fui claro, acrescentou, quanto à evidência dos valores envolvidos que demonstram a necessidade de arranjar-mos novas formas de combate à criminalidade automóvel, pois a situação tal como se encontra não se pode manter.

A Senhora Paciotti receia que ao dar-se um acesso directo, estejamos a multiplicar os riscos de violação de dados pessoais. Sempre defendi a mais estrita protecção dos direitos fundamentais dos nossos cidadãos, onde se inclui o seu direito à protecção de dados pessoais. Mas não acredito que, com as alterações que apresentei à proposta inicial da Comissão e que foram todas aprovadas na Comissão das Liberdades, a protecção de dados pessoais esteja em risco. As autoridades públicas de registo de automóveis terão um acesso claramente definido e limitado ao que é necessário e apropriado, isto é, apenas em relação a objectos - os veículos - onde se questiona o sistema se o veículo em questão consta ou não como roubado”.

Para Carlos Coelho, “recusar este passo seria uma decisão errada porque ineficaz neste combate. E um sinal errado aos nossos concidadãos que requerem mais cooperação e mais eficácia no combate ao crime e na garantia da sua segurança”.

Europa em Debate Dois Deputados da JSD em Castro Daire

A JSD continua a demonstrar o enorme interesse da juventude portuguesa pelas questões europeias e prosseguem ao nível nacional, regional, distrital e local os debates, conversas e ações de formação sobre o tema. Desta feita coube às Comissões Políticas do distrito de Viseu e da secção de Castro Daire levar ao fórum das ideias o Alargamento da UE.

Com a presença do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas José Cessário e os Deputados da JSD Pedro Duarte e Pedro



Alves (este último na qualidade de moderador), o Auditório do Centro Municipal da Cultura de Castro Daire encheu-se de dirigentes e militantes interessados em ouvir e questionar os elementos do painel.

A nota dominante das intervenções foi de esperança, pois com a integração de novos países a 1 de Maio, “as exigências para Portugal crescerão mas os desafios serão maiores que as ameaças”.

Em Paços de Ferreira: JSD local debate Drogas e Toxicodependências

A Comissão Política Concelhia da JSD de Paços de Ferreira organizou, em parceria com a Associação Abrir uma conferência/debate relacionada com o tema “A Toxicodependência”.

Com este debate, pretendeu-se chamar a atenção, quer aos jovens como também aos pais presentes em grande número no auditório da Biblioteca Prof. Vieira Dinis, do problema grave do consumo de estupefacientes, alertando-os para os malefícios do seu consumo e quais os sintomas com os quais se deve ter cuidado.

Os dirigentes locais, no final dos trabalhos, consideraram esta acção de superior importância pois “sentiram que a JSD deu um contributo, humilde mas importante, no combate ao maior flagelo do nosso tempo!”

Segundo o comunicado da secção, a JSD de Paços de Ferreira “gostaria de alertar para a toxicodependência entre os Jovens menores de idade, que começam nas escolas e com os amigos! É este tipo de consumo das drogas ditas leves, e alguns casos, de drogas sintéticas que nos preocupam e vamos desta forma virar a nossa actuação neste campo para esta vertente.”



Ao trabalho!

A JSD está de parabéns!

Após um Congresso de Revisão Estatutária que mobilizou toda a estrutura, foi a vez de se levar a efeito um Conselho Nacional para aprovar três dos diplomas mais importantes para o funcionamento das distritais, secções e núcleos do continente, (as Regiões Autónomas possuem normas próprias).

Um debate com apenas cerca de quatro horas mas muito minucioso foi o que bastou para dotar a JSD de três documentos que julgamos bem elaborados e enriquecidos pelos bons contributos e dúvidas pertinentes levantadas pelos Conselheiros Nacionais.

Assim, logo que forem publicados, o Regulamento Jurisdicional (apresentado pelo CJN), o Regulamento Eleitoral e o Regulamento Nacional dos Conselhos Distritais (ambos da responsabilidade da CPN) entram de imediato em vigor, permitindo a publicação de convocatórias das estruturas e a continuação do seu regular funcionamento.

Pelo bom decorrer dos trabalhos tanto do Congresso como do Conselho, e pela consagração na prática dos princípios do rigor e da democraticidade, os Congressistas e Conselheiros estão de parabéns.

Aliás, repito, a JSD está de parabéns.

Cordiais Saudações

Paulo Colaço

Director de Informação da JSD

Novo Site da Distrital de Setúbal da JSD

A Comissão Política Distrital de Setúbal repensou o seu espaço da internet e lançou um novo site em www.jsdsetubal.web.pt tornando-o mais funcional e proporcionando novos conteúdos, nomeadamente através da possibilidade de militantes e simpatizantes poderem deixar mensagens num fórum de debate, bem como propor artigos de opinião que possam vir a figurar na página.

Para além disso tem disponíveis fotografias das últimas actividades, da CPD e das Secções, bem como um portal (a lançar em breve) de legislação autárquica que sirva de apoio ao extraordinário trabalho dos autarcas da JSD.

Vale a pena uma consulta.



Dia da Juventude:

JSD/Lousada em Acção

Será já neste próximo dia 24 de Abril, sábado, que a Comissão Política de Secção da JSD de Lousada leva a efeito o seu Dia da Juventude.

Com o intuito de congrega dirigentes, militantes e simpatizantes laranja, esta CPD promove um conjunto de actividades desportivas radicais, que proporcionem bons momentos de convívio.

O local será oportunamente divulgado, sendo certa que as iniciativas decorrerão na Freguesia de Cernadelo.

Seminário do EDS no Porto: Mais um evento internacional organizado pela JSD

A JSD será a anfitriã de mais um Seminário e Council Meeting dos Estudantes Democratas Europeus, (EDS).

Os trabalhos serão em torno do fenómeno da globalização numa perspetiva europeia. A abertura do encontro será a 21 do presente mês, decorrendo até dia 24, com conferências e debate multitemáticos.

No evento serão convidados da JSD membros do Governo, Deputados, bem como autarcas e empresários da região norte do País. Aqui deixamos o programa previsto.



PROGRAMA

21 de Abril – Quarta-feira

20:30 – Jantar de boas-vindas com o Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia

23:00 – Festa de boas-vindas

22 de Abril – Quinta-feira

09:30 – Grupos de Trabalho

12:00 – Almoço temático com Rui Moreira – Presidente da Associação Comercial e Industrial do Porto

Tema: “Relações Comerciais numa Sociedade Globalizada”

14:30 – Partida para Guimarães

15:00 – Visita a Guimarães

17:00 – Conferência com Vasco Graça Moura – Eurodeputado

Tema: “Os primeiros passos da Globalização”

18:30 – Partida para Viana do Castelo

19:30 – Chegada a Viana do Castelo – Santuário de Santa Luzia

20:00 – Jantar temático com Jorge Nuno Sá – Presidente Nacional da JSD

Tema: “O papel das Organizações Políticas de Juventude numa Sociedade Globalizada”

23 de Abril – Sexta-feira

09:00 – Pequeno-almoço temático com José Eduardo Martins – Secretário de Estado do Ambiente

Tema: “Globalização: Os novos desafios ambientais”

10:00 – Council Meeting / Programa alternativo – Visita ao Museu de Serralves

12:30 – Almoço temático com Rui Rio – Presidente da Câmara Municipal do Porto

Tema: “Porto na rede de Cidades Europeias e do Mundo”

15:00 – Council Meeting / Programa alternativo – Passeio de Barco no Rio Douro

21:00 – Jantar de Gala no Casino da Póvoa de Varzim

Convidados Especiais:

Presidente da Assembleia da República – João Bosco Mota Amaral (aguarda confirmação)

Ministra dos Negócios Estrangeiros – Teresa Patrício Gouveia (aguarda confirmação)

Secretário Geral do PPE – Antonio Lopez Isturiz

Presidente da Distrital do PSD Porto – Marco António Costa

24 de Abril – Sábado

09:00 – Pequeno-almoço com Arlindo Cunha – Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte

Tema: “O Papel das Regiões numa Sociedade Globalizada”

10:30 – Conferência com Eurodeputado ou candidato ao Parlamento Europeu
Tema: “A Europa face ao fenómeno da Globalização”

12:30 – Almoço com Bragança Fernandes – Presidente da Câmara da Maia

15:00 – Visita ao Centro Histórico do Porto

21:00 – Jantar com Manuel Moreira – Governador Civil do Porto

23:30 – Festa de despedida

Em Águeda:

Conferência “Um olhar sobre a Europa”



A JSD de Águeda realizou no passado dia 17 de Abril, pelas 15 horas, no Auditório da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Águeda, a Conferência “Um Olhar Sobre a Europa”.

A iniciativa contou com a presença de Carlos Costa Neves, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, de Regina Bastos, Eurodeputada, e do Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD Pedro Duarte.

A sessão de abertura coube ao Presidente da CPS/JSD de Águeda, Carlos Franco, sendo o debate moderado por Paulo Matos, Presidente da CPS/PSD local.

O Deputado da JSD Pedro Duarte, foi o primeiro orador, abordando o tema “A Europa que Temos e que Queremos”, Regina Bastos analisou a fundo “O Alargamento da União Europeia”, e após um Coffe Break, Carlos Costa Neves encerrou as intervenções explicando o “Futuro Tratado Constitucional Europeu”.

Seguiu-se um animado período de perguntas e respostas com base nas intervenções dos convidados e na documentação preparada e distribuída pelo Gabinete de Estudos da JSD/Águeda.

Convenção Autárquica da JSD/Minho em Vizela

A actividade autárquica da JSD/Minho esteve em análise no passado dia 17 de Abril, sábado, em Vizela.

De entre os oradores estavam muitos dos eleitos locais da JSD dos vários concelhos do distrito. Joel Sá e César Teixeira, respectivamente Líder da CPD/Minho e Vice-Presidente da CPN/JSD não deixaram de estar presentes em mais uma iniciativa que assinala o empenho que os militantes e dirigentes da JSD colocam na defesa e progresso das suas terras.

Que a garra e veia autárquica dos nossos eleitos continue sempre a orgulhar a JSD.

Festa JSD em Lisboa

As Comissões Políticas das Secções I e D da JSD/Lisboa, levam a efeito uma festa conjunta já neste dia 22 de Abril, quinta-feira.

Com o nome Festa I&D, este convívio realiza-se pelas 23h30 no bar Lei Seca em Santos. Estão convidados todos os militantes da JSD, servindo a iniciativa de igual modo para proceder ao lançamento da campanha eleitoral para as Europeias.



Carlos Coelho debate Europa com a JSD

- Deslocações a Ourém e à Covilhã



O Eurodeputado continua a fazer juz ao seu estatuto de Presidente Honorário da JSD: com presisa regularidade tem estado em eventos por nós organizados para debates e acções de formação que incidem, na sua grande maioria, sobre temas da actualidade europeia.

No passado sábado, os destinos foram Ourém e a Covilhã para as iniciativas: “Mais coesão ou a lei dos mais fortes...” e “Portugal e a Europa”, respectivamente, sendo esta última da responsabilidade da CPD/JSD de Castelo Branco.

Brevemente daremos conta de como decorreram os debates.

JSD/Santo Tirso convida Arlindo Cunha



No passado dia 15 de Abril, teve lugar um debate sobre União Europeia, iniciativa da responsabilidade da Comissão Política de Secção da JSD/Santo Tirso.

A acção contou com a presença do Eurodeputado do PSD, Arlindo Cunha, abordou as actuais temáticas da integração, alargamento e cidadania europeia.

O evento realizou-se na Junta de Freguesia de Santo Tirso e marcou o arranque daquela estrutura da JSD para as próximas eleições para o Parlamento Europeu

Desporto e Prevenção na Estrada: Rodrigo Ribeiro e Bruno Vitorino no Barreiro

O Deputado da JSD e Bruno Vitorino, Deputado e antigo Vice-Presidente da CPN/JSD deslocaram-se à Cidade do Barreiro a convite do Moto clube local.

Esta instituição sem fins lucrativo procedeu à apresentação da sua Moto e respectivo piloto para representar a cidade no Campeonato Nacional da Velocidade.

De recordar que Bruno Vitorino é militante honorário da JSD e Secretário-Geral Adjunto do PSD e Rodrigo Ribeiro é o responsável da JSD nas matérias de prevenção rodoviária.



Comunidade Urbana do Oeste que futuro?

O Auditório da Câmara Municipal de Torres Vedras será o palco desde debate sobre uma questão com que a Região do Oeste se debate actualmente.

O evento será realizado já no próximo dia 23 de Abril, sexta-feira, pelas 21.30 e conta com a presença do Secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas, do Presidente da Associação de Municípios do Oeste, Carlos Lourenço e do Presidente da CM Torres Vedras.

O moderador do debate será Marco Claudino, líder da JSD/Torres Vedras.

JSD/Braga assinala 25 de Abril em Famalicão

A Comissão Política Distrital da JSD/Braga e a sua congénere do PSD, estão a organizar um convívio de militantes como forma de comemorar os 30 anos sobre o 25 de Abril de 74.

Este convívio realizar-se-á em Vila Nova de Famalicão, no dia 23 de Abril, pelas 21h00, na Casa das Artes (av. Marechal Humberto Delgado).

Os organizadores pretendem uma boa mobilização para que se garanta o sucesso deste evento que recorda o Dia da Liberdade.

JSD/Algarve ataca PS/Loulé

Numa tentativa de afrontar dirigentes laranja, nomeadamente o líder da CPD/Algarve, o companheiro Nuno Vaz Correia, os socialistas de Loulé pretenderam apagar a péssima gestão que fizeram na Câmara Municipal local.

No entender do Vice-Presidente da JSD/Loulé, David Sousa Santos, este ataque demonstra a incapacidade do PS em proceder a um trabalho de oposição com o mínimo de nível.

Um comunicado da JSD acusa os socialistas de não terem “moral nem crédito” para votar contra a Conta de Gerência 2003, após “os 17.000.000 que a sua equipa deixou na autarquia”.

CURTAS:

- **A Distrital da JSD/Santarém** apresentou no passado 13/Abril a sua newsletter de Março. Os responsáveis apelam para que no próximo número possam contar com mais notícias das Concelhias para poderem melhorar a publicação. As novidades devem ser enviadas para cpdjsd@hotmail.com.

- **Director de Informação Nacional dá formação** sobre Estatutos e regulamentos: A JSD de Odivelas e da Parede receberão os seus militantes e dirigentes para acções de reciclagem do normativo interno. Os eventos estão marcados para 13 e 29 de Maio respectivamente.

Alargamento debatido na Assembleia da República



O Deputado da JSD João Moura Rodrigues participou na discussão Parlamentar da proposta de resolução 57/IX, apresentada pelo Governo, que aprova, para ratificação, o Acordo sobre a participação dos 10 países do alargamento da União Europeia no Espaço Económico Europeu, assinado no Luxemburgo, em 14 de Outubro de 2003.

Este Acordo prevê a necessidade de estabelecimento dos termos e condições da participação dos países aderentes à União Europeia no Espaço Económico Europeu, determinando que qualquer Estado europeu que se torne membro da comunidade deverá igualmente apresentar um pedido para se tornar parte contratante no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu.

“A entrada dos Estados candidatos no Espaço Económico Europeu assume uma importância fundamental para uma melhor integração dos mesmos na União, contribuindo, naturalmente, para a consolidação das suas estruturas políticas e económicas, garantindo uma mais rápida aproximação aos padrões comunitários”, afirmou o Deputado na sua intervenção.

João de Deus Pinheiro é cabeça de lista da coligação



No passado dia 17, um comunicado oficial o PSD anunciava que «o Presidente do Partido Social Democrata, Dr. José Manuel Durão Barroso, convidou o Professor Doutor João de Deus Pinheiro para cabeça de lista à Eleições Europeias, pela coligação "Força Portugal!"». Estava assim escolhida a personalidade que vai estar à frente da pugna eleitoral que se aproxima.

João de Deus Rogado Salvador Pinheiro, casado, pai de quatro filhos, é licenciado em Engenharia Química Industrial pelo IST de Lisboa, Doutorado com as mais altas qualificações pela Universidade de Birmingham, Professor Catedrático da Universidade do Minho, da qual foi eleito Reitor em 1984.

Entre as suas elevadas qualificações académicas, contam-se duas que são únicas em Portugal, pois é o único português que possui o mais alto grau académico britânico – D. Eng., pela sua "alma mater" no Reino Unido – e também o único português que é membro da "Royal Academy of Engineering".

Em Junho de 1982 foi convidado para ocupar, no governo da altura, a Secretaria de Estado da Educação e da Administração Escolar. Em 1985 é Ministro da Educação, cargo que ocupa até 1987, ano em que assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros, sendo Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva.

Estava no Governo, nos diversos cargos, há 10 anos, quando o Primeiro-Ministro o convidou para substituir Cardoso e Cunha em Bruxelas, como Comissário Europeu, tendo ali permanecido por dois mandatos.

João de Deus Pinheiro passou parte da sua juventude em Moçambique, onde nasceram os seus primeiros dois filhos, tendo sido assistente e professor na recém-criada Universidade e de onde saiu em 1973, para preparar e fazer o seu doutoramento no Reino Unido. Moçambique permaneceu sempre na sua memória e na primeira linha das suas afeições, tendo afirmado, numa entrevista de 1992, que 2era uma terra espantosa, onde descobri a qualidade de vida".

Foi consultor da UNESCO, representante do Governo na OCDE e é membro de várias organizações ligadas à ciência e à tecnologia, sendo ainda, em cargos não-executivos, Presidente da Lusotur Golfe, Vice-Presidente da Luso Mundo Media, Administrador da GALP, Presidente da Assembleia Geral do World Monument Fund, Presidente do Conselho Fiscal da SPAS, membro do Conselho Consultivo do Banco Privado Português e membro do Conselho Superior da Fundação Ilídio Pinho.

Actualmente, por mandato do Conselho de Ministros de 30 de Julho de 2003, é Encarregado de Missão de Acompanhamento da Reforma da Administração Pública, devendo apresentar um relatório sobre a Operacionalização da Reforma, ao Conselho de Ministros Extraordinário, do próximo dia 26 de Abril.

No final do ano 2.000, João de Deus Pinheiro revelou uma faceta desconhecida da sua personalidade, ao publicar o romance «*Eu, abaixo assinado...*», que se situa em Bruxelas, Lisboa e Cascais e tem clara influências da sua experiência política e social sem ser – nas suas palavras – "autobiográfico", contando o percurso de um jovem político que, eleito deputado ao Parlamento Europeu, conhece os meandros da política europeia e portuguesa, as intrigas e os negócios., Acabando, com certa desilusão, mas com esperança, por ser nomeado Ministro da Economia.

Em 2002 "reincidiu", e com igual sucesso editorial, publicou «*Por linhas tortas...*», a história de um Administrador que, afastada da actividade por uma fusão de grandes empresas, cria a sua empresa de consultoria e acaba por gerir um dos maiores (e mais sensíveis) fundos de capital portugueses, com estranhos mas verosímeis episódios da vida da alta finança do País.

Este intelectual, homem de ciência e de letras, sempre conhecido pelo seu amor à vida e pela sua dedicação à causa pública, apesar do seu relativo afastamento da política activa, nunca deixou de se manter totalmente actualizado com a situação corrente e a sua personalidade e espírito combativo são garantes do acertado da escolha do PSD e da Coligação – **Pov. Liv.**



Força, Deus Pinheiro

Estão apresentados os cabeças de lista das principais forças políticas, para as Eleições Europeias.

Portugal vai conhecer, a partir de agora e de uma forma mais exaustiva, os projectos para a Europa das diversas correntes partidárias.

Que papel deve ter a União Europeia no Mundo e que papel deve ter Portugal na União Europeia? São questões decisivas e de importância capital, relativamente às quais os cidadãos não podem nem devem passar de lado.

Num Mundo cada vez mais globalizado em todos os sectores, estas eleições devem despertar aos Portugueses um interesse particular. Quero dizer com isto, que a abstenção não será a melhor forma do povo Português olhar para este acto eleitoral.

A coligação "Força Portugal" apresentou o Professor Doutor João de Deus Pinheiro como cabeça de lista. Personalidade com forte e reconhecida experiência de política internacional e especialmente profundo conhecedor da realidade Europeia, dá garantias aos Portugueses de ser capaz de desenvolver um excelente trabalho no Parlamento Europeu.

Se mais motivos não houvesse para que estas eleições tenham um excelente índice de participação (que os há) a coligação "Força Portugal" merece o voto dos Portugueses: tem um projecto Europeu claro e enquadrado na realidade que vivemos e um cabeça de lista com reconhecida competência para desempenhar o cargo para o qual, com toda a certeza, vai ser eleito.